

PERSEGUIÇÃO MACARTISTA CONTRA O FUNCIONALISMO

ANO 1 — Rio, Semana de 31 de julho a 6 de agosto de 1959 — N.º 23

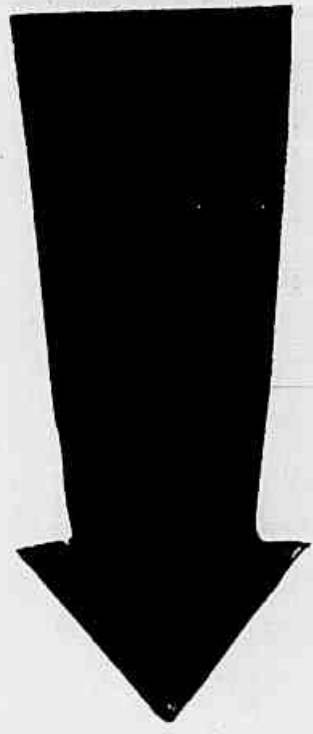


NIXON NA URSS: ACÓRDO?

(Leia na 2.ª página)

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



SENTIDO
DA
REFORMA
MINISTERIAL
(3.ª página)

UNE:
VITÓRIA
NACIONALISTA
(REPORTAGEM NA
7.ª PÁGINA)



João Manoel Coirado,
presidente da UNE

Falta D'água Fecha Hospitais



Ha varios dias, diversas zonas da cidade estão sofrendo séria falta de água. Isto depois de haver a Prefeitura anunciado a fanfarras que o problema de abastecimento de água no Rio estava resolvido, inclusive para a Zona Sul. Mas, pura miragem! A seca de agora está prejudicando gravemente alguns serviços públicos e particulares, sem falar nas agruras das donas-de-casa. Hospitais, restaurantes, bares, etc. têm seu funcionamento transtornado pela nova crise.

Houve casos de fechamento de hospitais. As explicações para a falta de água são diversas, mas apenas explicam, não justificam. É inadmissível que o Rio continue a crescer em ritmo intenso e permaneçamos como nos tempos de Paulo Frontin, improvisando medidas para o abastecimento de água de uma grande metrópole. Urge medidas de solução efetiva e não simples paliativos.

Se a Polícia puser em execução a recente portaria do coronel Crisanto Figueiredo que cria a Seção de Controle das Atividades Antidemocráticas, um odioso sistema de espionagem «macartista» será instituído em nosso país. O documento policial proclama abertamente que são finalidades do novo órgão: «identificar os dirigentes extremistas», «identificar os servidores públicos que exerçam atividades extremistas» e «apurar, sempre que houver movimentos populares, se os mesmos são de inspiração extremista».

Temos assim oficializado pelo chefe de Polícia o monstruoso regime de delação, suspeita sistemática e intimidação policial que vigorou nos Estados Unidos nos anos mais sombrios da «guerra fria», levando cidadãos ao suicídio e suscitando uma onda de horror e repulsa.

Anos atrás, os setores mais reacionários do governo tentaram impingir uma «lei de fidelidade» ao funcionalismo, recuando ante os protestos da opinião pública. Agora, a polícia do sr. Kubitschek faz muito pior: sem lei alguma, numa violação brutal aos preceitos constitucionais, submete milhares de servidores à boçalidade Inquisitorial dos «tiras» da SCAAD. Nenhum funcionário terá mais segurança. A qualquer momento poderá estar envolvido na trama de calúnias e denúncias anônimas tecida pelos alcaguetes pagos com verbas secretas do DFSP. Que arma nas mãos dos intrigantes, dos invejosos e despeitados! As associações do funcionalismo estão no dever de impedir, por todos os meios, que esta infame portaria seja aplicada e um regime de terrorismo implantado nas repartições públicas.

Não menos grave é a ameaça de infiltração policial em todos os movimentos populares («sempre que houver movimentos populares» — reza o «ukaze» do coronel Crisanto!), a pretexto de apurar se são de natureza extremista. A polícia se constitui assim em árbitro supremo de qualquer movimento reivindicativo. Pretende o coronel Crisanto voltar aos tempos em que a questão social era «caso de polícia».

Os movimentos populares que ocorrem em nosso país têm como bandeira, sem nenhuma exceção, a defesa dos interesses dos trabalhadores e de outras camadas sociais e a luta pela emancipação nacional do domínio dos monopólios estrangeiros. Se a polícia considera tais movimentos de inspiração comunista reconhece, por um lado, que os comunistas são realmente patriotas e defensores da causa operária e popular. Por outro lado, ao colocar sob suspeita tais movimentos, a polícia se declara a serviço dos inimigos do povo e de interesses antinacionais.

Quem terá inspirado, então, a portaria macartista do coronel Crisanto? «O Globo» levanta uma ponta do véu, informando que a investigação anti-comunista entre os funcionários públicos foi solicitada pelo Conselho de Segurança Nacional. Há pouco foi nomeado para posto dirigente nesse órgão o coronel Humberto de Melo, conhecido estudioso da técnica da FBI, discípulo de Edgar Hoover e de Mac Carthy.

Mais uma vez se constata, portanto, que o anti-comunismo é uma arma a serviço do imperialismo norte-americano.

REPORTAGEM NA 3.ª PÁGINA:

A verdade sobre a viagem de Jânio à URSS

(Comentário na 3.ª página)



CONTRA A CARESTIA — São Paulo está unindo suas forças para combater a constante elevação do custo de vida. Convocada pelas mais expressivas entidades e precedida de intensa preparação, vai ser realizada a Convenção Estadual Contra a Carestia. Leia reportagem na décima página.

ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO
TESTE PARA 1960

NA ENCRUZILHADA: GUERRA OU COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Repercutiu como uma bomba em todo o mundo a exaltada discussão pública entre Kruschiov e Nixon em Moscou. A imprensa soviética reproduziu o diálogo, os jornais e agências telegráficas americanas deturparam-no e lhe deram o habitual tom sensacionalista, e os bem-comportados ingleses acharam o incidente «um espetáculo desonroso». O «Daily Express», de Lord Beaverbrook, ante a acerbada discussão, encontrou uma única solução que poderia ocorrer a um antiquado nobre inglês: «a volta à diplomacia secreta...»

No entanto, esta troca de palavras tem algo de

promissor. Não será ela que arrastará o mundo à guerra. Os povos mal se aperceberam dos acontecimentos que levaram à primeira deflagração. A segunda guerra, nos seus pródromos, contou com a denúncia e a oposição vigorosa de um único Estado no mundo: a União Soviética. Os atuais perigos de um novo conflito são claramente percebidos por milhões de homens e mulheres, que estão alertas em todos os países. Este o fato novo de nossa época em relação aos conflitos internacionais: a existência de uma poderosa opinião pública que se opõe à guerra, que reclama a paz.

de destruição que não poderia mais brincar com eles, sob o risco de autodestruir-se.

1959 — DIPLOMACIA DAS VISITAS

O ano em curso se tem distinguido por uma intensa atividade diplomática bastante original: uma série de visitas de políticos altamente qualificados entre os Estados Unidos e a União Soviética.

As visitas não foram o começo desta nova fase das relações Leste-Oeste. Elas são o resultado de uma série de conversações e tentativas diplomáticas normais (através das Embaixadas) para um entendimento, uma aproximação.

Vimos no começo de janeiro chegar aos Estados Unidos, sob grande expectativa, um Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Mikoián. A estada de Mikoián em Nova York, Washington e várias outras cidades constituiu, durante vários dias, o assunto principal das agências telegráficas, dos jornais, dos comentaristas políticos em todo o mundo. Sentia-se que se abandonava o ponto morto da guerra fria para tentar-se um novo caminho: o da coexistência pacífica entre os países.

Depois, o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha, Mac Millan, tomou a iniciativa de ir a Moscou, conferenciando com Kruschiov.

Houve gritos entre os reacionários de toda parte — «Munich!»

Mas em toda parte estava presente uma força ainda mais poderosa do que a dos reacionários: a vontade de paz dos povos.

Na Inglaterra mesmo, MacMillan era apenas uma das expressões dessa vontade. O povo inglês não quer outra guerra — uma guerra que ele sabe talvez fosse o fim das ilhas britânicas como lugar habitável na terra. O filósofo inglês Bertrand Russell vinha de há muito se batendo, com todo o prestígio de seu nome internacionalmente famoso, pela proibição das armas atômicas e por um acordo de paz entre os povos. Argumenta ele em seu livro: «O senso comum e a guerra nuclear: a ameaça de uma guerra atômica recai sobre toda a humanidade e, por conseguinte, neste problema toda a humanidade está de acordo».

A CONFERENCIA DE GENEBRA

Depois da ida de MacMillan a Moscou foi convocada a conferência de Genebra de chanceleres das 4 grandes potências, com a assistência, pela primeira vez num encontro internacional, de representantes dos dois Estados alemães, a República Democrática Alemã e a República Federal Alemã. As dificuldades a vencer eram grandes. Mas as conversações continuaram. Houve um intervalo para novas consultas e uma nova avaliação de possibilidades de acordo sobre a questão em debate: Berlim Ocidental. Nesse intervalo, ocorreram outros fatos significativos de que existe uma tendência inelutável para liquidar definitivamente com o que resta da guerra fria entre o Leste e o Oeste:

- 1) Foi aos Estados Unidos outro alto dirigente soviético, o Vice-Primeiro Ministro Frol Kosslov;
- 2) Inaugurou-se com enorme sucesso em Nova York uma Exposição das conquistas materiais e culturais do socialismo na URSS;
- 3) O Vice-Presidente dos Estados Unidos, Nixon, foi a Moscou, onde se encontra neste momento;
- 4) Instalou-se na capital soviética uma feira-exposição norte-americana;
- 5) Nove governadores de Estados dos EE.UU. e o ex-governador Harriman, visitam a URSS;
- 6) Eisenhower mostra-se disposto a ir à URSS.



EISENHOWER E KOSLOV — O último foi aos EE.UU. e o primeiro diz-se disposto a ir a Moscou.

NIXON EM MOSCOU



RICHARD NIXON

A presença do Vice-Presidente dos Estados Unidos na URSS é um fato altamente auspicioso. É o dirigente mais categorizado, depois do falecido Presidente Roosevelt, a visitar a URSS. E só isto diz muito. Diz que as conversações — mesmo entre enormes dificuldades, entre discussões acaloradas, entre ondas de sensacionalismo barato de certa imprensa interessada no prosseguimento da guerra fria (como porta-voz dos monopólios armamentistas dos Estados Unidos e outros países) — as conversações são uma imposição da situação mesma a que chegou o mundo.

Não podemos ter ilusões de que as coisas se resolverão da noite para o dia, que haverá um acordo geral entre o Leste e Oeste e tudo ficará num mar de rosas. De forma alguma. As negociações frutíferas serão demoradas, com altos e baixos, avanços e recuos, mas as forças da paz poderão impor a paz. A guerra já pode ser eliminada como recurso para resolver os problemas internacionais.

Nixon admitiu, ao chegar a Moscou, que, hoje, só resta a alternativa: coexistência pacífica ou guerra. E preferiu palavras que são o reconhecimento deste dilema. «...Chegamos a um ponto — disse Nixon — em que devemos aprender a viver juntos ou, ao contrário, morreremos juntos». Reconheceu que «problemas graves e sérios» separam os dois mundos, o capitalista e o socialista, mas que o povo norte-americano, como os demais povos, não quer a guerra.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ATUAIS

- 1) O Tratado de Paz com a Alemanha, que ainda não foi assinado mais de 14 anos depois de terminada a guerra.
- 2) A questão do desarmamento e da proibição da arma atômica.
- 3) A criação de zonas isentas da arma atômica (até que esta seja definitivamente proibida e cesse a sua produção), tanto na Europa como na Ásia.
- 4) Parte integrante do problema alemão, enquanto

UM GRANDE OBSTÁCULO

Um dos principais obstáculos ao acordo entre o Leste e o Oeste para liquidar com a guerra fria e estabelecer um clima de coexistência pacífica entre os povos é a seriíssima oposição a qualquer entendimento da parte dos armamentistas dos Estados Unidos. Nos últimos dez anos, os magnatas das fábricas de armamentos — clássicos e modernos atômicos e outros — impuseram aos participantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) mais de 500 BILHÕES DE DOLÁRES DE GASTOS MILITARES. Anualmente, os EE.UU. e seus aliados na OTAN despendem cerca de 100 bilhões de dólares em preparativos de guerra, sendo que somente os Estados Unidos participam «1953-59» com 45 BILHÕES E 800 MILHÕES.

Estes gastos representam lucros fantásticos para os fabricantes de armamentos (incluindo os foguetes que explodem a cada dia e que custam somas assombrosas).

Representam ocupação para milhões de operários, que no sistema capitalista seriam lançados ao desemprego, criando um grave problema social.

Representam um meio de pressão e chantagem sobre determinados países que os imperialistas querem manter na sua dependência.



AVERELL HARRIMAN — Ex-governador de Nova York, multimilionário, acaba de visitar a URSS. Adverte calorosamente a aproximação entre as duas maiores potências mundiais.

Com a descoberta das modernas armas de guerra — as bombas atômicas e de hidrogênio, as armas táticas nucleares, os foguetes balísticos intercontinentais — o aperfeiçoamento de novos tipos de aviões supersônicos que batem recordes diários (tanto soviéticos como norte-americanos), o mundo foi colocado ante um dilema: ou a coexistência pacífica dos povos ou a destruição do que de melhor criou a civilização em bens materiais e culturais.

Esta é a convicção hoje dominante: uma nova guerra será uma guerra das armas ultramodernas, armas que já não aniquilariam apenas os soldados na frente de batalha, como no passado, ou mesmo algumas cidades, como foram destruídas Varsóvia e Stalingrado, Coventry e Lidice. Seria uma guerra que conduziria ao extermínio da grande parte da humanidade.

A GUERRA FRIA

O mundo vive há cerca de 18 anos num clima de guerra fria, que tem significado, entre outras coisas:

- a) o aguçamento ao máximo das contradições entre

o campo capitalista e o campo socialista;

b) devido a esse aguçamento, uma desenfreada corrida armamentista, sobretudo no terreno das armas termo-nucleares e, finalmente, dos foguetes teleguiados;

c) a construção pelos Estados Unidos de toda uma rede de bases militares em torno da União Soviética e dos países socialistas, tanto na Europa como na Ásia. As bases militares americanas vão hoje desde a Inglaterra, passando pela Alemanha, Oriente Próximo e Médio, até o Japão;

d) a quase liquidação das relações comerciais normais entre os países que formam os dois campos;

e) constantes ameaças de deflagração de guerra, como aconteceu em 1956 na Coreia, depois em Suez e, por último, no Oriente Médio, com os desembarques anglo-americanos no Líbano e na Jordânia, ameaçando o Iraque;

f) medidas repressivas, de caráter parafiscalista, em vários países, contra as pessoas e organizações democráticas ou que lutam pela paz. Ainda agora tais medidas são aplicadas na Grécia, onde honras e mulheres são julgados e condenados por se pronunciarem contra a instalação de bases militares americanas no seu país. Manolis Glezos, herói da guerra contra os ocupantes hitleristas, acaba de ser condenado por um tribunal militar de Atenas.

A coexistência lógica do prosseguimento de tal situação só poderia ser o desarmamento da guerra, já não restrita, mas em âmbito universal.

OS POVOS NÃO QUEREM GUERRA

A formação de uma poderosa e ampla opinião pública mundial contra a guerra — fato inédito na história — surgiu como o principal fator de manutenção da paz em nossos dias. Os que negavam que os povos tivessem consciência da guerra têm que levar em conta este fator importantíssimo.

Além disso, os que no passado lançavam mão da guerra para resolver os seus problemas, já não sabem se sobreviverão à catástrofe. No passado, uma potência ou grupo de potências, ao lançar-se à guerra, contava com um mínimo de possibilidades de vitória. Hitler falava em guerra relâmpago...

O CAMINHO DAS CONVERSACOES

Só restava uma saída: entabular conversações. Estas, durante os anos mais difíceis da guerra fria, foram praticamente abolidas. Toda sugestão para negociações — ou mesmo simples conversações sobre os problemas pendentes — era drasticamente repelida pela parte mais aguçada: o Departamento de Estado de Washington. Numerosas propostas feitas pela União Soviética para encontros de chefes de Estado (e política nos Estados Unidos) foram sistematicamente rejeitadas. Só em 1955, a convite de Kosslov, teve lugar o encontro de Genebra entre os representantes máximos dos Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética.

Não se pode dizer que foram inteiramente inúteis tais conversações, mas seus frutos não foram os que os povos esperavam. Que restou de positivo? Um estado de espírito ainda mais favorável a negociações, pois a convicção geral, já então, era de que num simples encontro não poderiam ser solucionados problemas tão

complexos como os que restaram da guerra, alguns dos quais se haviam agravado com a guerra fria. De qualquer forma, houve o acordo sobre a Áustria, de onde foram retiradas as tropas estrangeiras que aí permaneciam desde o fim da guerra; houve um acordo de cessar-fogo no Viet-Nam, que entretanto tem sido violado repetidas vezes, porquanto a raiz do mal permanece: a divisão daquele país asiático e a ocupação da parte sul por tropas americanas.

AS CONVERSACOES SE IMPOEM

Depois de 1955, a situação geral no mundo só fez se agravar com o prosseguimento da corrida às armas atômicas e foguetes.

Até que se chegou ao impasse atual. Estamos numa encruzilhada: ou a coexistência pacífica ou uma terrível e exterminadora guerra universal.

O ano em curso acentuou este impasse, depois de uma série de acontecimentos no domínio da ciência e da técnica dos quais os principais foram os seguintes:

a) A União Soviética anuncia (27 VIII-1957) a posse de foguetes balísticos intercontinentais, que podem atingir qualquer parte da terra;

b) a 4 de outubro de 1957 o governo de Moscou informou o lançamento do primeiro satélite artificial da Terra de 83 quilos — fato que causa estupefação no mundo inteiro;

c) em 17 de março de 1958 os norte-americanos anunciaram o lançamento de seu primeiro satélite artificial de 14 quilos.

Fatos os pontos de partida para uma nova era na história da ciência e da técnica: o domínio dos espaços interplanetários.

Era ao mesmo tempo a constatação de que o homem já dominava tais meios

O BRASIL E O MUNDO

A situação internacional colocou a uma encruzilhada decisiva. Movimento se os estadistas de vários países à procura de soluções para os problemas pendentes da última guerra. No entanto, o Brasil, o governo brasileiro, está à mercê dos acontecimentos e parte passiva. Mantemos uma política exterior absolutamente ultrapaivada pela marcha dos próprios acontecimentos. Palavras sonoras não faltam: «Não queremos ser a retardatária encaracterizada» — foi dito e repetido pelo Presidente Juscelino Kubitschek.

Max, sendo os atos para abandonar essa posição humilhante de caudatários da política do Departamento de Estado? Aguardamos ordens para reconhecer alguns dos maiores povos do mundo que nos obstinamos em ignorar, como a União Soviética e a China Popular? O nosso comércio, as nossas relações diplomáticas com estes povos vão ficar na dependência do que fizerem ou deixarem de fazer os Estados Unidos?

Uma política exterior independente é requisito indispensável para a nossa política desenvolvimentista, que jamais será uma realidade integral enquanto permanecer o Hamamiti na órbita do Departamento de Estado.

Uma política exterior independente é reclamo de um país que pressa sua soberania e é também fator de soberania. Precisamos ser parte ativa nas grandes decisões que estão sendo encaminhadas para resolver os problemas candentes desta hora, de que depende a guerra ou a coexistência pacífica.

CRÔNICA INTERNACIONAL

OS GRANDE FATORES DA PAZ

RUI FACÓ

Com a visita do Vice-presidente Nixon à União Soviética aumentam as possibilidades de um entendimento real e duradouro entre as grandes potências e um consequente desarmamento da situação internacional. Das duas tendências existentes na política norte-americana — a da preparação para a guerra iminente contra a URSS e a da aproximação com URSS — deve prevalecer durante, mais de um decênio a primeira (guerra fria), a segunda está abando caminho a passos amedidos. Mostram-no os sucessos sumariados nesta página.

Há bons indícios de que estamos caminhando para a aceitação da coexistência pacífica entre o socialismo e o capitalismo por um longo período, até que os dois sistemas decidam da sua superioridade por outros meios que não a guerra.

As premissas para a coexistência passaram a existir solidamente depois da segunda guerra mundial, sobretudo depois da vitória da revolução na China. Estabeleceu-se então no mundo uma nova correlação de forças em favor do socialismo e, portanto, contrária ao capitalismo. Da população total do mundo (2 bilhões e 800 milhões) cerca de 1 bilhão, mais de uma terça parte, se encontra nos países onde triunfou o regime socialista. Além disso, mais de 1 bilhão de habitantes de antigas colônias conquistaram a sua independência nacional. Centenas de milhões, na África e países da América Latina, lutam contra o colonialismo ou contra uma situação de semidependência, fazendo tremos a terra sob os pés dos imperialistas. O Oriente Médio e Próximo refervem de lutas dos povos árabes por sua emancipação, e a existência de alguns pontos de apoio dos antigos exploradores e opressores desses povos (Irã, Turquia, Paquistão) não constitui garantia suficiente para manter seu domínio.

Além desses dois fatores — a formação e consolidação do sistema socialista mundial e as lutas não-militares libertadoras das antigas colônias e semicolônias — um terceiro fator atua decisivamente em favor da paz mundial. Referimo-nos ao formidável avanço econômico dos países socialistas. A produção industrial sob o regime socialista, que em 1917 representava apenas 2% da produção mundial é hoje um terço desta. Em apenas 20 anos, a paridade dos países socialistas na produção mundial de aço passou de 13 para 25%, em números redondos. E o ritmo de crescimento é tal que a União Soviética pode agora desafiar confiantemente os Estados Unidos — o mais poderoso país capitalista — para uma competição no domínio econômico, propondo-se a superá-lo num breve prazo. Há um decênio era imprevisível semelhante desafio. Hoje os próprios economistas burgueses admitem plenamente a possibilidade da URSS ultrapassar convenientemente os Estados Unidos. Vale assinalar que em alguns setores da ciência e da técnica a URSS já está na vanguarda mundial. O seu novo plano econômico para os próximos sete anos será a revolução decisiva.

Esta a poderosa base em que se apoia atualmente as possibilidades de coexistência pacífica entre as duas maiores potências mundiais — os Estados Unidos e a União Soviética. Sem esquecer, é certo, o movimento mundial dos partidários da paz, que a reação pode caracterizar como quizer, mas não pode ignorar. Nos anos da guerra fria foi atuou eficazmente, ajudando a formar uma vasta opinião pública contra a guerra.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmoa

BORGES REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, S/1712
— Tel: 42-7344

Correção: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S/905
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral .. " 130,00
Trimestral .. " 70,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte
N. avulso .. Cr\$ 5,00
N.º atrasado .. " 8,00



No Largo da Feira, lo Arruda (foto), foi realizada um dos concorridos comícios de apoio à candidatura Arraes

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PERNAMBUCO

TESTE PARA 60

A VISITA DO SR. JÂNIO QUADROS A UNIAO SOVIETICA

Vem encontrando especial repercussão em nossa imprensa a viagem do sr. Jânio Quadros a União Soviética, para onde, como foi amplamente noticiado, partiu de Paris na última terça-feira. Não por acaso, esta repercussão e dada sobretudo pelos jornais que apoiam a candidatura do ex-governador paulista nas eleições de 1960. Procuram deste modo habilmente, tirar proveito da situação desfavorável em que se colocou o marechal Teixeira Lott diante da opinião pública ao se declarar contrário ao tratamento de relações normais com a URSS e demais países socialistas.

É naturalmente um motivo de satisfação a viagem do sr. Jânio Quadros a União Soviética. Tratando-se de um dos mais conhecidos homens públicos do Brasil e candidato à Presidência da República, a visita do sr. Quadros à URSS poderá contribuir para a desejada normalização de nossas relações diplomáticas e comerciais com aquele país.

Há, entretanto, no noticiário em torno dessa viagem, um aspecto que deve ser esclarecido. É que, de um modo geral, sempre que se referem a visita do sr. Quadros a URSS, os jornais — principalmente os que o apoiam — acrescentam que ela se faz a convite do governo soviético. Certamente, o governo soviético tem dirigido numerosos convites a personalidades de vários países e de todas as tendências para visitarem a URSS. Compreendem os dirigentes soviéticos que esta é uma das formas de facilitar a aproximação de todos os povos e, dessa maneira, assegurar a paz mundial. Inclui-se em nesse país, diversas personalidades — oficiais ou não — têm recebido semelhantes convites. No caso do sr. Jânio Quadros, porém, as coisas não se passaram exatamente assim.

A verdade é que o convite do governo da URSS ao sr. Jânio Quadros resultou de um pedido feito nesse sentido pelo jornalista João Dantas, que presentemente o acompanha, à Embaixada da União Soviética na Fianca. Sabe-se que o diretor do "Diário de Notícias" procurou pessoalmente o embaixador soviético em Paris, pedindo-lhe que considerasse a possibilidade de ser o sr. Quadros convidado a empreender a visita que ora realiza à URSS.

Instituímos neste esclarecimento, não por considerá-lo, em outras circunstâncias, o ex-governador paulista não poderia receber tal distinção, uma vez que, como prova inúmeros fatos, os comitês feitos pelo governo soviético se dirigem a personalidades das mais variadas tendências. Tampouco pretendemos fazer restrições à iniciativa do sr. Quadros que, ao contrário, só pode ser considerada útil à causa da normalização de nossas relações internacionais. O que não se deve fazer, porém, é confundir a opinião pública.

Houve, no caso, dois convites. O primeiro foi o do sr. Jânio Quadros; o convite para ser convidado.

Quanto ao mais, o que todos desejam é que esta visita contribua de fato para o indispensável restabelecimento de nossas relações com a União Soviética e os demais países socialistas.

RECIFE, julho (Do nosso enviado especial) — Cerca de 500 mil eleitores em todo o Estado, escolherão domingo próximo os prefeitos e vereadores de quase cem municípios. É natural, porém, que as atenções se concentrem sobre o pleito em Recife. Com seus 700 mil habitantes, a grande metrópole nordestina oferecerá uma amostra das tendências da opinião pública desta região, em relação à campanha presidencial de 1960.

QUEM GOVERNA PERNAMBUCO?

Recife é hoje a capital do Nordeste e não apenas

pela beleza de sua topografia, ou pelas suas modernas ruas centrais, mas principalmente pela intensa atividade econômica que aqui se exerce. Do ponto de vista eleitoral, a cidade também é um fator decisivo em Pernambuco e no Nordeste: dos 500 mil eleitores deste Estado, mais de 200 mil acham-se na capital. Se for considerado o Recife metropolitano — com Olinda, Jaboatão, Camaragibe, São Lourenço da Mata, etc. — a concentração eleitoral será ainda maior, o número de votantes se eleva a 300 mil. Assim as forças políticas que governarem Recife e adja-

ciências, terão também sob o seu controle o Estado e uma enorme influência em todo o Nordeste.

Uma análise das últimas eleições revela que esta em curso um processo de democratização da vida política do Estado, o voto urbane predominando sobre os velhos costumes semi-feudais, que ainda imperam em vastas áreas do interior e são a expressão de forças econômicas em decadência. Já em 1955 apoiado por uma compacta coligação de forças populares e progressistas, o engenheiro Pelópidas Silveira derrotava os candidatos lançados pelos agrupamen-

tos reacionários, obtendo mais votos do que todos os seus antagonistas reunidos. Em 1958, reproduziu-se o fenômeno com a eleição do sr. Cid Sampaio, candidato do Recife e das forças progressistas. A oligarquia etelvinista sofreu, então, uma derrota esmagadora. Agora, a eleição do candidato Miguel Arraes representará a continuidade desse processo.

AMPLA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

A vitória de 3 de outubro de 1958 inspirou também a formação de ampla coligação de forças progressistas que ora sustenta a candidatura Arraes. Nesta coligação o elemento mais importante é a aliança da burguesia com o proletariado e outras camadas da população. Entidades como a Federação das Indústrias, o Centro das Indústrias de Pernambuco, a Associação Comercial, a Associação dos Representantes Comerciais estão apoiando ativa-

mente a candidatura Arraes, lado a lado com dezenas de organizações sindicais, estudantis, etc.

Dois expressivos acontecimentos registraram-se na semana que passou: no Palácio do Governo, quinhentos e dezessis industriais e comerciantes — os de maior projeção na indústria e no comércio — reuniram-se para hipotecar apoio e ativa solidariedade a Miguel Arraes, enquanto centenas de líderes sindicais homenagearam-no com um almôço jornalistas, bancários, estudantes, profissionais liberais lançaram manifestos de apoio à candidatura das forças populares.

A única nota discrepante é a atitude do Diretório Estadual do PTB, que abandonou a coligação nacionalista de outubro. Colocado em primeiro plano pequenos interesses, medíocres, a direção estadual do PTB aliou-se ao etelvinismo e aos remanescentes integristas. Todavia, essa posição do PTB nem é adotada pela unanimidade dos

dirigentes do partido, nem conseguiu envolver as bases da agremiação. Eis alguns fatos: o candidato a vice-prefeito das forças nacionalistas é um membro do Diretório Estadual petebista, sr. Artur de Lima

(Conclui na 11ª página)

Prestes Participa Da Campanha

RECIFE (do enviado especial) — Cerca de quatro mil pessoas saudaram Luiz Carlos Prestes ao descer no aeroporto de Guararapes. Apesar do atraso do avião e de uma espera de mais de duas horas, a grande massa popular recebeu Prestes com manifestações de extraordinário entusiasmo. Entre as personalidades presentes, figuravam o prefeito Pelópidas Silveira, o vereador Antônio Baltar, o candidato a vice-prefeito Artur Lima Cavalcanti, o líder popular Davi Capistrano e o ex-deputado Paulo Cavalcanti.

No aeroporto mesmo, Luiz Carlos Prestes dirigiu-se ao povo pernambucano, concitando-o a unidade para a luta pela emancipação nacional e pela democracia. Referindo-se às eleições para a Prefeitura de Recife, o líder comunista apelou a todos os patriotas para que cercem fileiras em torno da candidatura do sr. Miguel Arraes.

Na mesma noite de sua chegada, Prestes concedeu uma entrevista coletiva à imprensa escrita e falada, abordando diferentes problemas do Nordeste do país.

O líder comunista participou de vários comícios nesta capital a favor da candidatura popular do sr. Miguel Arraes à Prefeitura de Recife.

Lott em Salvador:

MANIFESTAÇÃO NACIONALISTA DOS SINDICATOS OPERÁRIOS

SALVADOR (do correspondente) — No decorrer da visita de dois dias que fez à capital baiana, o Marechal Teixeira Lott recebeu especiais homenagens dos trabalhadores, que deram um caráter eminentemente popular aos vários atos públicos de que participou. Estas homenagens tiveram início com a recepção organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petrolífera do Marechal Lott, quando de sua visita aos campos de Candeias e a refinaria de Misturim, ocasião em que foi portamente ressaltada sua posição de intrínseco defensor da Petrobrás.

ATO PUBLICO DOS SINDICATOS BAIANOS

A principal homenagem dos trabalhadores baianos realizou-se na noite do dia 28, no auditório da Associação dos Empregados do Comércio, em ato promovido pelas entidades de Salvador. Com a salúda superlativa e grande massa popular, ouvindo os discursos mesmo da tribuna, foi elevada a homenagem, sob a presidência do sr. Manoel José Araújo, presidente da Federação dos Empregados no Comércio da Bahia e Sergipe. Entre outros oradores, figurou o sr. Diógo Martins pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Bahia e o jornalista Cleonice Lordeiro pela indústria petrolífera baiana. O discurso do sr. Manoel José Araújo foi o mais importante, pois expressou a opinião de todos os trabalhadores, ao Marechal Lott como líder nacionalista, como defensor da Constituição e da democracia, como o líder incontestável do movimento antipetebista de 11 de novembro. Resaltaram os oradores — sob a égide nacionalista do Marechal Lott em repetidas ocasiões — que aos mais graves problemas da Nação, desde o 11 de Novembro, Ressaltaram ainda a necessidade de dar prosseguimento e incentivo à luta nacionalista para barrar a penetração imperialista no país, assegurando, a intocabilidade

de da Petrobrás, assegurando uma solução nacionalista para os problemas de energia elétrica, com a encampação das subsidiárias da Light e da Bond and Share, etc. Em particular a operária Cleonice Lordeiro e o estudante Ubirajara de Brito ressaltaram a necessidade do Brasil manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, exceto aqueles com quem mantém relações diplomáticas e comerciais com o Brasil, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França, e a defesa da soberania nacional e a defesa da nossa soberania.

Somente o sr. Vieira de Melo, como orador do PSD, saudou o Marechal Lott na sua condição de candidato à sucessão presidencial. Na pessoa do Marechal Teixeira Lott, em entusiástica homenagem, os trabalhadores baianos reafirmaram, mais uma vez, seu decidido apoio ao movimento nacionalista. Sua confiança de que os graves problemas nacionais a serem solucionados com os líderes nacionalistas, não possa, jamais, ser resolvida.



No Senado já há, desde que a Constituição de 1946 começou a vigorar, uma figura estranha, que é a do Vice-Presidente da República, eleito para o Executivo e funcionando como presidente de uma Casa Legislativa. Agora, com a mudança dos conselheiros perpetuos, surgiu um novo tipo de senadores, com direito a voz e não a voto. O atual presidente do Senado preside mas não tem direito a voz nem a voto.

Certa vez chegou ao Brasil um pesquisador inglês. Não pesquisava petróleo nem outras riquezas minerais. Era um tipo sério. Tão sério que logo procurou aproximação com o Barão de Itararé. Quería saber coisa do Brasil.

Realizou-se na ABE o encontro de Aporeli com o inglês. Aporeli foi logo explicando que o Brasil era um país original. O inglês, por uma questão de orgulho nacional, não falava português. Aporeli, por motivos semelhantes, não falava inglês. Tratando-se porém, de indivíduos civilizados e de fair play, chegaram ambos a um meio termo. Entenderam-se em espanhol.

O Barão de Itararé explicou que o brasileiro, é profundamente republicano e que, não obstante isso, tres das maiores figuras nacionais eram titulares da monarquia. Quais são essas três figuras históricas? O Duque de Caxias, o barão de Itararé e o próprio Barão de Itararé, que sem falsa modestia, pois se tratava de uma pesquisa, declarou-se o mais importante dos três representantes da nobreza nacional. E explicou: «O Duque de Caxias pelava, pero no barbava. E o Duque barba-lador, barbava pero no pelava. Y yo, pelo y barbulo. Os novos componentes da casa legislativa que se abria provisoriamente no Monroe, quando pelavam não dançam e quando dançam não pelavam. Esses inconvenientes não foram percebidos por nenhum constituinte, no debate da Câmara

Um adágio romano dizia: «Senadores, boni viri, Senatos mala bestias. Os senadores, pessoalmente, são bons sujeitos. O Senado, porém, é um bicho maligno. Nossa Parlamento, com seus altos e baixos, não é amável bestia. Os seus componentes que não pelejam nem barbavam, esses, boni viri, são os que não podem ser.

A CARPIDEIRA DE MÃOS LIMPAS

Em seu mais caprichado estilo de carpideira, o sr. Fernando Ferrari, sob o pretexto de fazer o governo da Câmara para verter acentos de empacotamento

Quando morreu, para que o campo girasse das mãos limpas (chocasse tanto) não quem morreu, graças ao bom Deus. Mas, o sr. Ferrari refere-se em Carolina e outras regiões do Maranhão e de La volta, comparando e delimitando a campanha. Luta e montar um cavalo mais moço que o de D. Quêntio para salvar não somente Carolina, e o Maranhão, e também a inteira região do Nordeste das Secas.

Na ocasião em que o sr. Ferrari produziu seu discurso não havia muitas pessoas presentes assistindo ao espetáculo. Nem por outro lado, não houve desdobramento de qualquer objetivo de política.

Com efeito, foram a apertando dos botões do Nordeste, o sr. Neves, Ministro do PSD, e o sr. Seixas Dória, de

UDN, partido que o sr. Ferrari não se cansa de mencionar.

Anos observaram que esta na moda, agora a defesa do Nordeste, por certos setores que criam isas como forma de ganhar maior visibilidade, a medida que se aproxima a luta eleitoral.

Com efeito, milhares de milhões de eleitores dessa região que diversos cavaleiros andantes da denunciação se dispõem a salvar. Acertaram segundo fizeram o Maranhão Seixas Dória, e o sergipano Seixas Dória, que as reivindicações dos nordestinos e noristas, ao serem defendidas pelo próprio nordestino e norista. Estes não dispensam e até desistem muito a solidariedade dos demais brasileiros. Mas se fizerem esperando para comer peia não dos outros, acabaram narrendo de fome.

Principalmente quando as manifestações de empacotamento surgem no calor das eleições eleitorais.

Sentido da reforma ministerial:

RUMO ÀS ELEIÇÕES ALIANÇA COM O PTB

UMA VITÓRIA DO MOVIMENTO NACIONALISTA A DEMISSÃO DOS ENTRE GUISTAS LUCAS LOPES E ROBERTO CAMPOS

Introduzindo a reforma ministerial, o sr. Amador de Oliveira (Vargas), Lopo, Moreira (BND), e Armando Falcão (Justiça), por último, Sebastião Pinheiro (Alameda Falcão), a reforma ministerial através de uma lei, por meio de substitutos, são as possibilidades inevitáveis num governo heterogêneo como o do sr. Kubitschek, em que se encontram tendências e interesses os mais divergentes. Embora, sendo formalmente um ato de liberdade exclusiva do Presidente da República, a nomeação de novos ministros resultando desse choque de interesses, é o melhor índice das tendências que afinal conseguem predominar no seu dia 20 de julho.

RUMO ÀS ELEIÇÕES

As negociações de agora feitas e os nomes em foco

para as pastas que restam a preencher imediatamente a propósito do substituto: constituir um ministério mais político do que o anterior, tendo em vista as eleições presidenciais de 1960. Nenhum dos dois melhor, do que a Vargas uma pasta eminentemente técnica, na aparência, entregue ao próprio presidente do PSD-R que, na verdade, esse Ministério, pelas verbas vultosas de que dispõe e pelas ligações que facilita com milhares de cargos eletorais por todo o país, adquire um enorme papel às vésperas de qualquer pleito. A escolha do sr. Amador Falcão para a Justiça e outra clara manifestação desse propósito.

As forças situacionistas se avolumam, podendo se

em maioria para a maioria nacional que se avizinha.

ALIANÇA COM O PTB

Outro aspecto da remodelação ministerial e que se indica a tendência a aproximação da aliança do PSD com o PTB. O desejo manifestado, em discurso por JK de que se consolide essa aliança exprime-se tanto na concentração pelo Partido Trabalhista uma posição que conta atualmente, como na participação ativa do sr. João Goulart e dos governadores petebistas nos embargos de cúpula para a reforma em seu conjunto.

É verdade que a reforma do Ministério tem provocado certo descontentamento entre os dirigentes do PTB, que consideram o sr. Paiz de Almeida uma pessoa ligada ao

(Conclui na 11ª página)

HOMENAGEM À MEMÓRIA DE GRACILIANO RAMOS

D. Heloisa Ramos, viúva de Graciliano Ramos, esteve em Alagoas reunindo elementos para a publicação de uma bibliografia que facilitará o estudo da obra do grande escritor. Como Graciliano, D. Heloisa nasceu em Alagoas. Visitou agora seu Estado natal depois de vinte e dois anos de ausência. Sabe-se que Graciliano viajou pela última vez do Nordeste para o Rio como preso político, durante o Estado Novo. E a transferência de D. Heloisa Ramos para o Sul, com o objetivo de prestar assistência ao marido encarcerado na Rua Frei Caneca, constitui episódio registrado nas «Memórias do Cárcere».

Passado quase um quarto de século, a viúva de Graciliano volta a Alagoas e é recebida de braços abertos na terra que alimenta o justo orgulho de ter servido de berço ao autor de «Vidas Secas».

NA ACADEMIA DE LETRAS
Na Academia Alagoana de Letras foi prestada homenagem à memória de Graciliano, através de D. Heloisa Ramos. Estavam presentes representantes do Governador Muniz Falcão e altas autoridades estaduais. Falaram os acadêmicos Mendonça Júnior e Carlos Moliterno, os escritores Adalberto Cavalcanti Lins e Wanderley de Gusmão e o jornalista Valdemar Lima. Este dirigiu apelo à Academia, no sentido de que se desenvolvesse um trabalho de recolhimento, em Palmeira dos Índios, de tudo que recorde a passagem, por ali, de Graciliano Ramos.

D. Heloisa falou durante a reunião, revelando aspectos da personalidade de Graciliano e relatando episódios que se relacionavam com sua constante preocupação pelas coisas da terra que o viu nascer.

OUTROS ENCONTROS
Despertou interesse nos meios intelectuais de Maceió a presença de D. Heloisa Ramos. Em seus contactos com a imprensa estudou trabalhos inéditos de Graciliano, como «Uma História da República», para crianças. Informou que reúne crônicas publicadas em periódicos, para a publicação de um livro sobre costumes do Nordeste. Nesses trabalhos temas como o canção, o jogo do bicho e outros são abordados.

Conterrâneos de Graciliano e de D. Heloisa promoveram uma reunião em que foram feitas perguntas sô-

bre a viagem dos dois à União Soviética e a outros países socialistas. Foi enorme, então, a curiosidade dos promotores da reunião — operários, estudantes, donas-de-casa e intelectuais. E surgiu, como não podia deixar de surgir, o problema do reatamento de relações diplomáticas, defendido por todos.

O ESCRITOR E O POLITICO
Num de seus contactos com a sociedade alagoana D. Heloisa Ramos revelou que em sua viagem à Europa, Graciliano «quando apreciava um pôr de sol em Paris, entre nuvens avermelhadas, lembrou-se do céu do sertão de Alagoas».

Escrevendo sobre a visita a Maceió da viúva de Graciliano, o cronista A. Leão observou:

«Nunca, em instante algum, ele esqueceu sua terra. Com que presteza ele respondera a uma pergunta feita a queima-roupa, no estrangeiro: — Se eu tivesse de nascer outra vez, desejaria nascer no Brasil e em Alagoas».

A decantada rispidez de Graciliano encobria profundo sentimento humano. Aquela rispidez prejudicava, também, a perfeita análise de sua profissão de comunista, de um comunista de tipo especial, devotado, a seu modo e segundo as possibilidades de sua arte, à causa do progresso social.

Compreendê-lo não seria tarefa de um crítico de mentalidade tacanha. Isto apesar do exemplo fornecido por Lenin, em sua crítica a Máximo Górkí. Com efeito, Lenin jamais pretendia que Górkí fosse um militante revolucionário perfeito e nem mesmo um bom teórico do marxismo. No entanto dizia, numa de suas Cartas de Zurique: «Sem dúvida Górkí é um imenso talento artístico que foi e será muito útil ao movimento proletário mundial».

Não sendo um militante modelo nem um marxista perfeito, Górkí tratava de política justamente por ser um imenso talento artístico e ao mesmo tempo um homem honesto e identificado com o povo de seu país.

O talento artístico, a honestidade e o profundo amor ao povo brasileiro, virtudes principais de Graciliano Ramos, fizeram dele um escritor muito útil à causa dos matutos de Vioçosa e que Palmeira dos Índios, que é, em essência, a mesma causa do proletariado brasileiro e de todo o nosso povo.



Mestre Graça

Poemas De Castro Alves Traduzidos Em Russo

S. VOROBIEV

Periódicos soviéticos publicaram o ano passado uma série de obras de autores brasileiros traduzidas do português para o russo. Entre as obras literárias de escritores brasileiros cabe recordar, antes de mais nada, os contos de Monteiro Lobato e as duas novelas — «A Marcha» e «Mistérios de São Paulo», de Afonso Schmidt.

Despertou também grande interesse entre os leitores soviéticos um pequeno livro de poesias de Castro Alves, publicado pela Editora de Belas Letras de Moscou, as quais estão enfeitados poemas dos livros do poeta, «Escravos», «Espumas Flutuantes», «Hinos do Equador» e «A Cachoeira de Paulo Afonso».

Um curto prefácio de Inna Tinianova, tradutora dos poemas de Castro Alves, no qual faz breve resumo das obras e da bio-

grafia do admirável poeta, abre a coletânea, «Fazem dois séculos que o nome de Castro Alves é repetido pelos melhores filhos do Brasil, pessoas das mais diversas profissões, de diferentes raças e gerações, nome que possui alta significação pois é sinônimo de «Liberdade», «Poesia» e «Verdade», escreve Tinianova.

Tinianova assinala, caracterizando o romantismo brasileiro, ter ele surgido em época em que ainda não se extinguira o eco da luta pela independência e, o que havia de melhor no Brasil, de mais progressista e revolucionário da Colônia portuguesa de ontem, fervia em idéias de igualdade e liberdade. O romantismo brasileiro não nasceu, apenas, como corrente literária, mas como movimento social, como reação às leis sociais do Império cuja

economia tinha a sua base no que de mais oprobioso existe na história da humanidade, isto é, a instituição da escravidão. Por isso se encontram nêles duas tendências tão agudas, e por isso, ao lado das sombrias canções dos poetas das vacilações, das tristezas e da morte, que se fundem e separam da vida em solidão byroniana, soaram de imediato as vozes dos poetas da escola Condoreira, dos que achavam que a poesia deve ser livre como o condor nas alturas.

O romantismo brasileiro não repudiava a experiência do europeu, e o elevado civismo de Victor Hugo, as idéias de «Liberdade», «Igualdade», e «Fraternidade» proclamadas pela Grande Revolução Francesa, subjulgaram Castro Alves. É certo que ele e seus companheiros de andanças inscreveram em sua bandeira o lema da Revolução Francesa mas a proclamação da Revolução Brasileira: «Abolicionismo e República». Precisamente estas duas formas de luta pelos ideais democráticos — pela República e pela Abolição dos Escravos — se fundiram em um poderoso movimento único em prol da libertação nacional e social do povo brasileiro.

Castro Alves lança as suas vistas para os grandes acontecimentos históricos dos povos da América Latina e de sua Pátria, o Brasil. O vate canta as lutas de seu povo e os gloriosos heróis do passado. Canta Colombo e Tiradentes, o chefe da conspiração revolucionária dos Inconfidentes, executado em 1792; canta Pedro Ivo, herói do levante de Pernambuco...

Poucos poetas do passado terão conseguido refletir com tanta vivacidade e brilho a natureza brasileira. Não há nos versos de Castro Alves falso exotismo embelezador. Fale o poeta da natureza, da história, do progresso ou da liberdade, sua linguagem é sempre vigorosa e apaixonada.

Castro Alves perdura como o eterno e incomparável lírico do Brasil. Diz a tradutora em seu prefácio que, pela pureza do seu verso lírico, pode ser comparado no Brasil ao famoso Gonzaga, o lutador pela liberdade, morto no exílio, nos ardentes desertos da África; com Gonzaga, cujos versos insereu na poesia russa o grande vate do século passado, Alexandre Rushkin.

Toda a curta e agitada vida de Castro Alves, morto de tuberculose, aos vinte e cinco anos, sua luta e até mesmo o seu romântico amor que deu vida à lírica mais apaixonada da história da poesia brasileira, foram um arrebatado voo para o futuro. Eis porque as pessoas progressistas do Brasil têm dedicado ao seu poeta uma tão grande quantidade de livros, artigos, estudos e ensaios. Seu nome permanece inserido na literatura nacional brasileira como se fora o de um contemporâneo.

A publicação dos poemas de Castro Alves em idioma russo transporta a obra do poeta aos amplos espaços da nova mundo socialista e adquire com isso grande importância internacional.

ESTRANHA COMPULSÃO



Ao receberem o prêmio de interpretação coletiva, concedido pelo Juri do Festival de Cannes, Orson Welles, Bradford Dillman e Dean Stockwell garantiram o sucesso comercial de «Compulsão» aqui batizado com título extravagante — «Estranha Compulsão». O filme cuidadosamente realizado versa sobre fato real, ocorrido em 1924 nos Estados Unidos, em que dois jovens de famílias ricas raptam um menino para depois assassiná-lo. As ideias delirantes dos rapazes, baseadas numa pseudo-superioridade intelectual de ambos, excitem a «coação» referida no título impelindo-os para o caminho da delinquência.

Inicialmente o filme procura dar os antecedentes do caso, carregando na pintura do intelectualismo doentio que os empurra na procura de sensações excitantes, tais como pequenos furtos, explicando as relações íntimas (muito próximas do homossexualidade) até chegar a elaboração do assassinato frio. Segue-se o inquérito policial com a intervenção do promotor encarecido pela natureza brutal de seu ofício, artificioso e astuto, conseguindo arrancar as confissões após debelar as resistências e a arrogância dos matadores de criança. Arrematando o drama aparece o melhor de todo o argumento, o duelo do advogado contra a acusação na tentativa, pura e simples da pena de morte como processo eficiente de repressão ao crime.

A generalidade contrapõe-se aos sentimentos de vingança e ódio, a razão elevando o homem a categoria de ser superior, capaz de punir sem o barbarismo dos irracionais, esta a mensagem promissora no discurso do advogado. O tema jurídico foi tratado com sinceridade, sem artificialismo, não se trata de perdoar e sim evitar que a sociedade cometa o crime consciente perpetrando a pena de morte. O diretor Richard Fleischer não teve dificuldades em criar o ambiente de ansiedade, de mal-estar mesmo, envolvendo as figuras dos criminosos, do promotor e do advogado. Para isto contou com excelentes atores tanto nos jovens Dean Stockwell (Judá), Bradford Dillman (Strauss), Orson Welles (Wilk) e E. G. Marshall (promotor Horn).

Diana Varsi, Bradford Dillman e Dean Stockwell em Estranha Compulsão

As interpretações são impecáveis e não subtemos porque o nome do ator E. G. Marshall não foi incluído na premiação de Cannes. As inequívocas qualidades de «Estranha Compulsão» fazem menos importante o tom, por vezes, falso por onde entredes e argumentos ao exagerar as especulações filosóficas dos criminosos, deslucidos de condições objetivas

da sociedade e da época. Também a tirada metafísica destinada a impressionar, pelo seu efeito, as últimas imagens da fita, dispensaria reparos não fosse a extrema banalidade. «Estranha Compulsão» vale como espetáculo bem intencionado, de correta cinegrafia, com a preocupação de fazer ao espectador os argumentos da razão que se opõem a pena de morte.

"QUEDA DE UMA OLIGARQUIA"

LANÇADO O LIVRO DE CLODOMIR MORAIS

Lançado pela editora «Gersa», acaba de aparecer em Pernambuco o livro do deputado e jornalista Clodomir Moraes — «Queda de uma oligarquia». Como sucede o título, trata-se de um excelente documentário acerca da derrota imposta pelo povo pernambucano, nos eleições de outubro de 1958. A campanha que, sob a direção de Eteivino Lima, vinha oprimindo por tantos anos aquele Estado nordestino.

Clodomir Moraes faz o histórico de toda a campanha eleitoral, reportando-se a acontecimentos marcantes na vida pernambucana, que antecederam ao pleito, mas já contribuíam para uma polarização das forças políticas, tais como o Congresso de Salvação do Nordeste e a luta contra o Código Tributário. A candidatura do sr. Cid Sampaio, encarnando uma aliança entre as forças do proletariado e da burguesia de Pernambuco, foi o coroamento destas e outras lutas contra a propensão oligarquizante.

O autor de «Queda de uma oligarquia», que é um brilhante repórter, faz um minucioso relato dos aspectos mais importantes da campanha eleitoral, dando em relevo a diferença radical, quanto ao seu conteúdo, entre a candidatura de sr. Jarbas Maranhão.

Todo um capítulo é dedicado no livro à visita de Prestes a Recife e à decla-

va participação do líder comunista — apesar da brutal reação do clero pernambucano — para o êxito esmagador da campanha nacionalista e democrática do sr. Cid Sampaio.

«Queda de uma oligarquia» é prefaciado pelo deputado Barbosa Luna Sobrinho, antigo governador de Pernambuco e um dos mais destacados representantes do povo brasileiro no atual Parlamento.

"MACHADO DE ASSIS"

Livro de Astrojildo Pereira

1 volume de 280 páginas, em bem cuidada edição da Livraria São José. O livro compõe-se de ensaios e apontamentos avulsos, sendo o seguinte o seu índice: Romancista do Segundo Reinado — Instinto e Consciência de Nacionalidade — Crítica Política e Social — «O Almada» e a História da Cidade — Pensamento Dialético e Materialista — Antes e Depois do «Brás Cubas» — O «Mau» e o «Bom» Machado — Apontamentos Avulsos — Apêndice.

A VENDA NA EDITORIAL VITÓRIA

Rua Juan Pablo Duarte, 50 (sobrado) RIO DE JANEIRO

INAUGURAÇÃO DA "GALERIA MACUNAIMA"

O Diretor Acadêmico da Escola Nacional de Belas Artes vai inaugurar, no próximo dia 4 de agosto, às 18 horas, sua galeria de arte nas suas dependências, com entrada direta para a rua México. Devido ao excepcional ponto em que esta situada, a galeria será talvez a que contará com maior público nesta cidade. Não apenas o público especializado, de ar-

tistas, críticos, estudantes e dilettantes, mas o grande público, que passa na rua, e entra por curiosidade e exatamente a esse grande público, que pensam dirigir-se os jovens organizadores da galeria.

Em todo o mundo, e aqui também, fala-se em levar a Arte ao povo. Mas, praticamente, pouco se faz nesse sentido.

Esperamos, pois, que os estudantes, uma força sempre tão positiva e atuante, realizem nessa galeria um trabalho que tenha como resultado a maior aproximação entre a arte e o povo.

O Diretor Acadêmico já escolheu um nome para a galeria: GALERIA MACUNAIMA. Um nome que, além de ser uma homenagem postuma a Mário de Andrade, já é uma bandeira. MACUNAIMA era o personagem e título de um livro de contos e lendas de Mário.

Que esse nome sirva para que lembremos todos os trabalhos de Mário de Andrade no sentido de se chegar a uma cultura brasileira. E que

sirva, principalmente, como mais um passo para lá se chegar.

A exposição que inaugura a GALERIA MACUNAIMA tem o título de «30 anos de Arte Brasileira» e conta com obras dos seguintes artistas: Portinari, Segall, Di Cavalcanti, Pancetti, Guarnard, Volpi, Tarsila, Diarista, Scliar, Dacosta, Iberê, Isister dos Prazeres, Goeldi, Abramó, Fayga, Crassman, Brecheret, Giorgi, Cravo, e Santa Roca.

Uma exposição importante, reunindo vários dos grandes nomes da arte brasileira e alguns dos valores mais novos, podendo dar um aspecto real do que se fez aqui no terreno das artes nos últimos trinta anos, ou seja, nas gerações que saíram da famosa «Semana de Arte Moderna» de 1922, ou dos que, embora vindo depois, continuaram trabalhando dentro desse espírito de modernidade que está sempre presente, na verdadeira arte.

Será interessante saber como reagirá o grande público que dizem dedicado da arte contemporânea, perante essa exposição.

MOSTRA O BRASIL À FRANÇA

A 13 de julho, o diário francês «L'Humanité» publicou em sua seção de artes a seguinte nota:

«Não é como um turista, não, é como amante de um exotismo fácil que Paul Garfunkel nos revela o Brasil. Viveu ele naquele país mais de trinta anos e trabalhou como engenheiro. Conhece o Brasil e seus habitantes, deles fala com ternura, como se fala da Pátria. Sua vocação de pintor excepcional sem dúvida neste antigo aluno da Escola Politécnica, veio a tornar-se sua razão de viver. Paul Garfunkel é um pintor autêntico. As litografias «retreadas a mão» que expõe atualmente no Escritório do Brasil, é disso uma prova.

Os que amam o Brasil, os que sonham em conhecê-lo, terão a felicidade de descobri-lo neste belo álbum que Paul Garfunkel lhe consagra. Com veracidade e beleza invulvares, ele revela o país de Santos, os de Paranaíba, pescadores um velho mercado, homens carregando bananas, o Rio de que nos falam as canções e o famoso Carnaval de que o Orfeu Negro» vem despertar a nostalgia à França.



Um dos trabalhos de Segal que estarão expostos na "Galeria Macunaima".

GREVE: Direito Democrático Dos Trabalhadores

- 1) 9 070, arma reacionária e caduca
- 2) O artigo 158 da Constituição garante o direito de greve
- 3) O Parlamento deve concluir sua regulamentação

ROBERTO MOREIRA

Os trabalhadores querem conquistar, até 3 de outubro, duas medidas necessárias e inadiáveis: a aprovação pelo Parlamento da justa regulamentação do direito de greve (artigo 158 da Constituição) e a revogação consequente do decreto-lei 9.070. Sem essas medidas não se pode dizer que haja democracia ou liberdade sindical.

Não, verdadeiramente, desolto nos trabalhadores, os membros do Supremo Tribunal Federal (seja honrosas expressões) estão decidindo contra os direitos sagrados dos trabalhadores e mesmo contra os preceitos da Carta Magna. O que nos doerá mais na sessão de 17 deste mês, dando validade ao 9.070, não é somente o absurdo, mas é um absurdo aberto a que empregadores e autoridades reacionárias possam passar impunemente os que reclamam seus direitos.

Estados sem precedentes, e burocratas com uma ampla campanha salarial. Os empregadores se mostram intrinsecamente aumentando dificuldades financeiras e crise que sentem de eles, abalam seus estabelecimentos. Faltam no

dos os recursos análogáveis. A interferência do MTIC resulta infrutífera. Ninguém pensa mais em dissidência letiva, pois as decisões levadas tempo e são baseadas nos cálculos suspeitos do SEPT. A greve e pois tem pouca legal e constitucional. Além disso, e um direito consagrado internacionalmente e, inclusive, firmado por delegados brasileiros em conventos mundiais. Mas em contrário flagrante com tudo isso, ainda se mantém em moção como o 9.070. E há ainda, lides que desconfiam todos esses princípios constitucionais e fundam em dar forças legais a decretos lei, contrários e reacionários.

O SENADO NÃO QUER

Esta nas mãos dos reacionários a proposta de lei que regulamentar o artigo 158 da Constituição. Como o da Previdência Social, também já tem mais de 12 anos de elaboração. Depois de muitas lutas os trabalhadores conseguiram que os deputados aprovassem a sua regulamentação. Posteriormente foi enviado ao Senado Federal.

Al está encalhado. Nenhuma manifestação efetiva foi feita em seu favor. Entretanto, já apareceram as clarificações da atual lide da maioria, senador Lamounier, contraria ao projeto da Câmara dos Deputados pretendendo modificá-lo e reduzi-lo a uma simples legalização do 9.070.

Isso é greve. Está perfeitamente sincronizada com as últimas decisões do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais menores. Os trabalhadores e todo o movimento sindical não poderão ensartar suas armas, enquanto não conseguirem arrancar do Senado Federal o projeto que regulamentar o artigo 158 da Constituição e ter pena de voz com o reacionário 9.070.

Este é o significado das decisões tomadas pelos trabalhadores. Esta é uma das tarefas mais urgentes de todo o movimento sindical. Por isso foi instituído o Dia Nacional da Previdência Social e Direito de Greve, ora em preparação e conhecido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Cabe, pois, a todos os trabalhadores em suas fábricas e nos sindicatos exigir, reclamar, cobrir, exigir, que o Parlamento conclua a sua tarefa. Não dá tréguas aos senadores, agora e aos deputados depois, para que lida essas leis e que não se viva no arbitrio de autoridades e a mercê dos caprichos e simbiose de empregadores.

Telegramas, cartas, idas pessoais, que partam das próprias fábricas para que os parlamentares sintam a presença dos trabalhadores. Essa campanha constitui a base de movimento mais urgente caso as casas legislativas não queiram terminar com seu trabalho até o dia 3 de outubro.

O dia 7 de agosto deverá assinalar o reconhecimento da luta dos trabalhadores em todo o território nacional para conquista de um direito inalienável: o direito de greve.

DEFENDE TEU DIREITO

B. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS ou Rua São José, 50

Auxílio-ferriedade — O fato de o empregado, depois de receber alta do Instituto de Aposentadoria e Pensões, voltar para o mesmo emprego, não desobriga o empregador de lhe pagar, novamente, os primeiros meses de férias. O decreto-lei 9.060, que regula o assunto, não faz essa restrição. Apesar disso a maioria não tem sido seguida oportunamente nos tribunais, os quais não raro entendem que, sendo a segunda alta definitiva determinada pela mesma doença, não pode ocorrer a obrigação de pagamento dos primeiros meses de férias. Exigem ainda os juizes, sem razão de ser, em nossa opinião, que a comprovação da doença seja feita de acordo com o critério profissional estabelecido no relatório descrito no 9.060, que manda que o empregado compare em número igual ao número de dias de afastamento de trabalho e de alta destes nos médicos de Sanatório, Posto de Saúde Pública, etc. Isto tem entendido, para efeito de pagamento, para fins simples, justificação de falta ao serviço e de se aceitar, inclusive, atestado de médico particular.

Aumento de salário — Os aumentos salariais decretados em decisão coletiva abrangem todos os empregados pertencentes à categoria profissional do Sindicato que foi parte no acordo. Tem direito às vantagens da decisão não só os empregados sindicalizados, mas os empregados em geral, todos os que estejam dentro do âmbito de representação do Sindicato respectivo. Em geral, os deões que determinam melhorias de salário são de empresa e facilidade de pagamento em suas importâncias se procuram estar em situação deficiente por ocasião das reclamações, na Justiça, para execução dos aumentos. A ação por reivindicação destes não se propõe pelo empregado diretamente ao por intermédio de seu Sindicato, sendo indispensável sempre a juntada da página da Carta de Justiça ou Oficial de Registro da Junta de Conciliação que contém a decisão de concessão de melhorias que não

tenham sido respeitadas. Aos aumentos salariais tem direito, comumente, todos os empregados que já trabalhavam na empresa na data em que o respectivo Sindicato tenha entrado com o pedido em juízo.

Auxílio-maternidade — A lei (Constituição, art. 382) manda afastar do trabalho a mulher gravida, com salários integrais, no período de seis semanas antes e seis semanas depois do parto. A ausência da empregada nessa fase, e mesmo as suas férias, quando efetivadas sem que ela tenha cometido qualquer falta, obriga o empregador ao pagamento do salário-maternidade. Essa ausência não pode ser negada mesmo quando o parto resultar nascimento sem vida. A gravidez, para fins do afastamento por motivo do Ministério do Trabalho, que atestará o fato na carteira profissional. Em caso de aborto não criminoso, comprovado por médico oficial, a mulher terá um repouso remunerado de duas semanas, ficando-lhe assegurada o direito de retornar a função que ocupava antes de seu afastamento.

Aviso prévio — A parte empregadora ou empregador que, sem motivo, quiser rescindir o contrato de trabalho, deve avisar a outra com a antecedência de 30 dias, se for mensalista, e de 60 dias se for diarista. Todavia, no caso de ter o empregado mais de um ano de casa, o aviso será sempre de 90 dias. O trabalhador que deixar a empresa sem cumprir essa formalidade de direito o patrão, — segundo entendem os tribunais, — de ter o salário ou férias do mesmo, em proporção equivalente ao valor do aviso. O aviso prévio deve ser dado por escrito, mas nada impede que seja também verbal, sendo necessário apenas se fazer prova de sua existência. Durante o prazo do aviso, o horário normal do empregado será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral. O aviso prévio deve ser pago. A base do salário percebido pelo empregado na época do término do mesmo

A solidariedade tornou a greve vitoriosa

SANTO ANDRÉ LUTOU 3 MÊSES AO LADO DOS TECELÕES

MOVIMENTO SINDICAL

AUMENTO PARA OS FUMAGEIROS

Os trabalhadores da indústria de fumo chegaram em sua última assembleia com emissão de 10 milhões de cruzeiros para o Sindicato do Município de Santos. A greve, iniciada em 1958, pela luta por 20% de aumento salarial, principalmente no que se refere à programação e ao pagamento de férias. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

EMPOSSADA A DIRETORIA DO SINDICATO DO CORTUME

No dia 22 de corrente foi empossada a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cortumes do Município de Santos. A nova diretoria, composta por José Augusto Alves, Aníbal de Almeida, João de Almeida, Sebastião Ferreira de Souza, Eduardo Ferreira e José de Souza.

AUMENTO PARA OS SAPATEIROS

Embora a última greve salarial tenha sido vencida, os sapateiros continuam a lutar por um aumento de 25% no salário mínimo.

empregados e empregadores em fábricas de calçados. A greve, iniciada em 1958, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Santos, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

AUMENTO PARA OS ELETRICISTAS

No dia 20 de corrente o Sindicato dos Eletricitistas do Município de Santos conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

Resistindo durante 85 dias a intransigência patronal e às violências policiais, e fazendo vitoriosa a greve, os 439 tecelões da Fiação e Tecelagem Santo André conseguiram a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

O movimento paralisista que se prolongou por três meses, empolgando desde os primeiros momentos a população dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano, contou com a solidariedade ativa dos trabalhadores, das donas de casa, comerciantes, industriais, estudantes, sacerdotes e autoridades municipais. Este expressivo apoio solidário foi a aprovação de mais de um milhão e 500 mil cruzeiros para o fundo de greve.

Mas quando os tecelões de Santo André deram início ao movimento em 25 de abril passado, reclamando um aumento salarial de 25% e a melhoria das condições de trabalho, as suas

possibilidades de vitória eram muito pequenas. Os próprios diretores da empresa, pertencente ao grupo Guilherme Giorgi, possuidor de 14 fábricas de tecido, afirmavam enfaticamente que não dariam nem um tostão de aumento, e que uma greve seria de interesse da empresa, porque permitiria o escoamento do grande estoque de tecidos acumulado em seus armazéns, em virtude da escassez do mercado interno e da destruição imposta pelo governo ao setor econômico de exportação.

As circunstâncias, realmente, não pareciam favoráveis e nem propícias à vitória e ao desenvolvimento vitorioso de uma greve. Os industriais, em várias oportunidades proferidos pelos dirigentes sindicais, chegaram a afirmar que a concessão de qualquer melhoria salarial poderia resultar na perda da fábrica e jogar na rua os operários. A greve, sem dúvida, parecia desaconselhável. A sua realização — uma verdadeira aventura.

Mas a situação dos trabalhadores, tornava-se cada vez mais insustentável e eles não concordavam em ter de dobrar os ombros ante o peso das dificuldades que os patrões queriam lançar em suas costas. O salário mínimo operário, especificado nos acordos coletivos — tecelões, fiação e outros — não chegava nem sequer a atingir o mínimo regional que é de RS 5.900,00. A fome castigava impiedosamente os bravos tecelões.

As condições de trabalho na empresa, por outro lado, eram verdadeiramente humilhantes, atentórias à própria dignidade dos operários. Falta-lhes água potável, higiene, falta de luz elétrica, falta de ventilação, falta de aquecimento, falta de saneamento, falta de segurança, falta de proteção, falta de assistência médica, falta de assistência social, falta de assistência jurídica, falta de assistência psicológica, falta de assistência espiritual.

No dia 8 de abril, a aglomeração dos trabalhadores atingiu o ponto máximo. Justamente indignados, os 439 operários da Fiação e Tecelagem Santo André, através de uma comissão eleita em assembléa do Sindicato, dirigiram-se ao industrial Cesar Giorgi solicitando um aumento de 25%, água potável

NILSON AZEVEDO

hebra e filiação do local de trabalho. O industrial tomou conhecimento das reivindicações proferidas e, embora não tenha examinado as mesmas, não deu nenhuma resposta. Os operários, porém, não se intimidaram e, após 30 dias de greve, começaram a receber respostas que eram verdadeiras mentiras. Os operários, porém, não se intimidaram e, após 30 dias de greve, começaram a receber respostas que eram verdadeiras mentiras.

GREVE

No intuito de melhorar a situação dos trabalhadores, o Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem Santo André, em 1958, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

SOLIDARIEDADE

Logo que a greve foi declarada e conhecidos as suas condições, os sindicatos de outros municípios da região de Fiação e Tecelagem Santo André, através de uma comissão eleita em assembléa do Sindicato, dirigiram-se ao industrial Cesar Giorgi solicitando um aumento de 25%, água potável

Indignados não só com a greve, mas também com a situação de trabalho e condições de trabalho, os tecelões de Santo André, em 1958, conseguiram a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.

A medida que se acentuava a intransigência patronal, a greve crescia e ganhava consistência. A ação da polícia, tentada por diversas vezes, dissolver os comandos grevistas, não teve maiores consequências. Os 439 tecelões sentiam-se garantidos pela solidariedade ativa de mais de 100 mil trabalhadores, e pelo caráter crescente com que eram recebidos pela população.

A Câmara Municipal de Santo André, refletindo esse espírito, votou uma verba de 200 mil cruzeiros para ajudar os grevistas. O prefeito Pedro Del Antonio e o vice Antônio Pessoa proferiram um discurso de solidariedade e, por meio do pedido de subvenção, foram ajudados. Estas autoridades, juntamente com o Bispo de Santo André, cobraram-se ao lado dos grevistas e participaram ativamente dos entendimentos visando a solução da greve, que, ao chegar às portas do impasse, nos primeiros dias de greve, não se desmoronava, resistindo aos ataques dos patrões e dos outros que estavam ao lado dos tecelões.

UM COMICIO DIFERENTE

A determinação dos tecelões de não capitular ante a intransigência dos patrões, levou-os a levar até o fim a luta por melhores salários e condições de trabalho mais dignas, empregando realmente a população local. Uma das primeiras provas do empolho no povo, em geral, foi o crescimento do número de grevistas. Foi um crescimento para muitos trabalhadores do povo. E o por

O ACÓRDO

Após 85 dias de greve, os tecelões de Santo André, em 1958, conseguiram a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959. O Sindicato, por meio da Comissão Salarial, conseguiu a aprovação de uma proposta de aumento de 20% para o ano de 1959.



Realizando comícios, passeatas e outras demonstrações de protesto contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, os 439 tecelões em greve (foto) conquistaram o apoio e o carinho da população paulista.

Empréstimo do BIRD à CHESF sob condição:

Distribuição Pela Bond & Share Da Energia De Paulo Afonso

SALVADOR. Do corres-pondente. Em entrevista divulgada como matéria "pura" pela imprensa local, o vice-presidente da CEEB subsidiária da Bond and Share, sr. Donald Edwin Goodrich, confessou publicamente que o empréstimo de 15 milhões de dólares ao BIRD à CHESF foi feito sob a condição da energia de Paulo Afonso ser distribuída através das subsidiárias da Bond and Share no Nordeste. CEEB na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Um testa-de-ferro do truste (Donald Edwin Goodrich) confessa a escandalosa transação entreguista

mente contra a COELBA e contra a seção econômica do matutino "Jornal da Bahia", cujas denúncias tem obtido grande repercussão. A confissão a que nos referimos consta da entrevista publicada no "Diário de Notícias" de 11 do corrente transcrita na "A Tarde" do mesmo dia.

CONFISSÃO PUBLICA

Eis como o cidadão norte-americano D. E. Goodrich relata os fatos. Quando estava sendo construída a usina de Paulo Afonso, foi solicitado um financiamento de 15 milhões de dólares ao BIRD, o qual aceita condiciona-mente que a CHESF, logo

entrando em funcionamento, exhibisse renda suficiente para pagar juros e demais encargos do referido empréstimo". E acrescenta: "O único mercado em condições de aprovar a energia da CHESF em proporção suficiente para atender aos encargos do financiamento do BIRD e outras despesas, estava representado pelos municípios brasileiros onde operavam — como ainda hoje operam — as concessionárias de energia elétrica na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em Maracó, que são, como todos sabem, Companhias Associa-

das". A conclusão é clara: o empréstimo seria concedido se estas "Companhias Associadas" tivessem prioridade na distribuição da energia de Paulo Afonso, de forma que assim os objetivos da grande usina, que foi construída para fomentar o desenvolvimento econômico do Grande Nordeste, e não para compensar as deficiências das concessionárias estrangeiras das Capitais Litorâneas. Mas o sr. Goodrich vai mais longe. Numa carta formal feita aos interessados entre a Bond and Share, a CHESF e o BIRD, e declara: "Concretizando o acordo, é evidente que não somente a

CHESF, mas também o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, confirmam não quanto havíamos combinado. Em perfeita equidade nossa atitude — da CEEB, da Pernambuco Tramways e da Cia. Nordeste — o empréstimo foi prontamente concedido pelo BIRD".

A BOND AND SHARE E O BIRD

Não é preciso dizer mais nada. E o leitor que tiver esta revista esta plenamente informado, e um dos principais testes do teste do Bond and Share no Brasil, obrigando há 28 anos uma das mais antigas subsidiárias do Truste em operação no país. E o sr. Goodrich não confessa apenas a interferência do Truste no sentido de que a energia de Paulo Afonso fosse entregue às suas subsidiárias, ao invés de ser utilizada no desenvolvimento econômico das regiões subdesenvolvidas do Nordeste. Confessa também e explicitamente as ligações entre a Bond and Share e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que só concedeu o empréstimo solicitado pela CHESF depois que o Truste comunicou sua autorização. Isto ajudará a explicar também porque o BIRD participa no mecanismo de "pagamento de juros de empréstimos" utilizados pelas subsidiárias do Truste para remessa de juros para o exterior, a exemplo do que denunciou a Comissão de Tombamento da CFERG, no Rio Grande do Sul.

SANTO ANDRÉ...

(Conclusão da 5.ª página)

Paulo, com a presença do sr. Carvalho Pinto, do Prefeito e Vice-Prefeito de Santo André, do representante da Federação das Indústrias e dos líderes sindicais do ABC foi firmado o acordo pondo fim ao movimento grevista. Os patrões, que até os últimos dias negavam-se a atender quaisquer reivindicações dos trabalhadores, resolveram conceder-lhes um aumento de 12 e meio por cento e pagá-lhes 26 dias de greve. Aos que pediam o salário mínimo foi decidido pagar em 15 dias de greve. Quanto às condições hígieneas da fábrica, ficou estabelecido o prazo de 20 dias para que a situação fosse melhorada. E a grevista ficou esse acordo, e o compromisso de que nenhum grevista seria punido, os trabalhadores voltaram aos trabalhos da Tecelagem Santo André. Importam a maioria das máquinas, e recomen-ram a fama diária. Inter-rompia há três meses.

RACIONAMENTO DE ENERGIA

AVISO N. 13

AOS CONSUMIDORES RESIDENCIAIS

Reiteração das recomendações anteriores, instituindo normas para diminuir o consumo de energia

A Coordenação do Racionamento recomenda, mais uma vez, a adoção das seguintes medidas destinadas a diminuir o consumo de energia residencial:

1. Fixar um horário de apenas 2 horas para o funcionamento do aquecedor de água, desligando-se o seu automático nas horas restantes.
2. Fixar em 3 horas o tempo para o preparo das duas principais refeições do dia.
3. Não usar simultaneamente todas as trempes e o forno.
4. Evitar o cozimento no fogão elétrico dos alimentos de cocção mais demorada, tais como o feijão, carne assada, etc. Tais alimentos deverão, sendo possível, ser cozidos em panelas de pressão.
5. Cozinhar em temperatura moderada, reduzindo o calor assim que a água começar a ferver.
6. Usar a menor quantidade de água possível ao cozinhar legumes.
7. Servir as refeições em horário certo, com a presença de todos os membros da família e quando os alimentos ainda estão quentes evitando, assim, novo gasto de energia para reaquecê-los.
8. Usar o menor possível o forno do fogão, e, quando tiver que fazê-lo, dedicar uma ou duas trempes.
9. Evitar o uso das trempes do fogão no ponto mais forte.
10. Deixar inteiramente fora de uso uma das trempes do fogão.
11. Substituir o ferro elétrico por um ferro a carvão.
12. Evitar o uso de torradeiras, churrasqueiras, etc.

h) FORÇA

Não desperdiçar água, a fim de diminuir o tempo de serviço das bombas.

c) LUZ

1. Reduzir o número de lâmpadas, retirando as que não são absolutamente necessárias. Nos lustres e aparelhos de iluminação, com mais de duas lâmpadas, a redução deverá ser, no mínimo, de 50%. Nos casos de número limitado de lâmpadas, a redução será de metade mais uma lâmpada.
2. Nos corredores, varandas, banheiros e nas partes externas das residências, deverão ser usadas lâmpadas de 15 volts. A iluminação de jardins deverá ser abolida.
3. Ao sair de um cômodo para outro apagar a luz.
4. Não deixar lâmpadas acesas durante a noite.
5. Estabelecer um horário de funcionamento do rádio, relógio e televisão, reduzindo-o ao mínimo.
6. Usar enceradeiras e aspiradores de pó apenas uma vez por semana.
7. Restringir ao mínimo possível o uso de aparelhos elétricos domésticos.
8. Substituir a iluminação dos lustres e plafons pela de abat-jour.

RECOMENDACAO ESPECIAL

Cada dia que passa neste período de estresse excepcional diminui a variedade dos alimentos das uti- lidades que abastecem de energia elétrica a cidade. Cada dia portanto se torna mais difícil enfrentar as horas em que se concentra o fluxo da carga residencial e que ocorre entre as 17 e 20 horas. Se essa carga concentrada ultrapassar a produção das usinas, ocorrerá o desligamento automático geral do sistema, que só pode ser restabelecido de nós de providências demoradas a uma vez aliviado o consumo ficando assim a cidade às escuras durante certo tempo.

Por esse motivo a Coordenação do Racionamento faz, mais uma vez um veemente apelo a todos os consumidores residenciais no sentido de que restrinjam ao mínimo o consumo de eletricidade no período de 17 às 20 horas.

Belo Horizonte, 12 de julho de 1959
Almirante Miguel Magalhães — Coordenador

A vida da capital mineira continua a sofrer as consequências da falta de energia elétrica. O tempo se encarrega de mostrar que as manobras da Bond and Share, que contaram com a aprovação do presidente Kubitschek, serviram para a empresa estrangeira "ganhar tempo", mas não afastaram definitivamente o objetivo da luta da população de Belo Horizonte: encampar a subsidiária do Truste. Porque o problema da abastecimento de força e luz continua sem solução. O clichê acima reproduz um aviso publicado na imprensa belo-horizontina. Por ele se vê a que condições é submetida a capital montanhosa, forçada a voltar à época do ferro de engomar a carvão... A indústria, por sua vez, teve que reduzir seu horário de funcionamento, com enormes prejuízos facilmente calculáveis.

NOTA ECONÔMICA

SOLUÇÕES NACIONALISTAS PARA A CRISE CAMBIAL

Sem a de esperar que, após o ato de rompimento das negociações com o Fundo Monetário Internacional, entrasse o governo do sr. Juscelino Kubitschek em decisão pelo caminho de uma verdadeira política nacionalista, evidente em seu conjunto, abandonando a política contraditória em que algumas posições antimeritocráticas se misturam a outras concessões ao imperialismo norte-americano. Dizemos que seria de esperar, porque o presidente da República, após a formação da iniciativa do rompimento, teve ocasião de sentir a vigor e a amplitude política com que pode contar hoje no Brasil uma política nacionalista. Ao invés de um novo 24 de agosto, desta vez os entreguistas e que ficaram isolados, ao passo que o governo conseguiu fortalecer as suas posições, depois de todo um ano de desgaste provocado pela desastrosa passagem do sr. Lucas Lopes pelo Ministério da Fazenda.

Até agora, porém, os atos concretos ainda não correspondem às palavras. No discurso que recentemente pronunciou no Clube Militar, o sr. Juscelino Kubitschek fez diversas afirmações nacionalistas merecedoras de aplausos. Que, no entanto, na prática, se, por um lado, a contenção do crédito está sendo levantada ao, pelo menos, atenuada, no terreno cambial, todavia, continua a ser seguida a linha Lucas Lopes das informações inspiradas na doutrina do Fundo Monetário Internacional.

O dólar para o café foi elevado de 60 para 70 cruzeiros, o que após a elevação simultânea do dólar para o café e a banana de 70 para 75 cruzeiros. O governo teve a possibilidade de não alterar mais uma vez o chamado câmbio de conta para as importações essenciais, permitindo, de qualquer modo, que isto provocaria no custo de vida e no preço dos bens básicos do processo de industrialização. Logo consequentemente inevitável seria, por isto mesmo, a redução do tipo de câmbio de que dispõe o governo, a sua política abrigar a a moeda e suas consequências econômicas de importância. Além disso, recente instituição do SFMOC, a partir de 1959, com o objetivo de livrar parte dos produtos básicos de alguns monopólios de alguns produtos que não aumentam a balança de exportações que hoje alimentam as reservas do câmbio estrangeiro, ao invés de se restringirem a assegurar as importações indispensáveis ao país. Desta maneira, na o governo paulatinamente passando o controle do câmbio de suas mãos para as do capital monopolista norte-americano, que opera no mercado interno brasileiro.

Esquema isto se verifica, mesmo mesmo que se não dá para ampliar a comércio exterior. Sabe-se que estão em curso negociações para novos acordos de intercâmbio com

a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã. E de esperar que as negociações cheguem a bom termo, atingindo os limites do comércio com aqueles países. Se isto tem significação positiva, não é suficiente, porém, para compensar a falta de intercâmbio com os maiores mercados do mundo socialista, ou seja, com a União Soviética e a China Popular. O intercâmbio com estas duas potências, cujas economias se expandem em ritmo veloz, permitiria considerável poupança de gastos em dólares, facilitando, assim, ao governo, o atendimento de uma parte ao menos dos compromissos financeiros externos, que no momento sobre ele recaem. Quanto a parte que não fosse atendida, os credores de Nova York não teriam outra solução senão cingir a um acerto de pagamento. E, um direito que assiste no nosso país, levando em conta a tremenda estolidez que, através dos tempos, tem sofrido por parte daqueles credores.

As mesmas condições, é indispensável que o governo dê volta atrás nas reformas do SFMOC, reintegrando no mercado oficial as divisas provenientes de todas as exportações. Ao invés de fazerem no mercado livre produtos de importância considerável como o algodão e as manufaturas, bastaria considerá-los bens essenciais indispensáveis à indústria nacional. O que não se compreende é que, numa conjuntura de crise cambial, parcelas crescentes do estoque de divisas sejam entregues a variedade de empresas estrangeiras para as suas transações de pagamentos e amortizações. Ao contrário do que tem sido feito, e o mercado oficial de câmbio que não se ampliar as custas do mercado livre. Quanto mais divisas forem as cotadas no dólar neste mês, tanto mais caro terão que pagar as empresas estrangeiras para realizar as suas transações. E isto não responde às necessidades nacionais.

Tal orientação se reflete como conseqüência da Petrobrás no sentido de que, após o aumento da produção nacional de petróleo, a auto-suficiência no abastecimento de petróleo se tornará uma realidade de curto prazo. O Brasil tem cerca de 200 milhões de barris anuais. Produzindo-se também também deverá iniciar no planejamento um passo firme no sentido de produzir os equipamentos de testes e seguir mantidos as companhias estrangeiras.

Como se vê, a crise cambial que atualmente atinge o nosso país, pode ser resolvida num sentido autenticamente nacionalista. Além de não ser a única alternativa possível, a capitalização dentro do capitalismo norte-americano para a obtenção de novos empréstimos, não sobreviverá. Apenas tornará mais pesados os gólios que envenenam a economia nacional.

UMA TENTATIVA MALOGRADA: PLANO PILOTO DE AÇÃO AGRÁRIA

CARLOS DANIELLI

O Plano Piloto de Ação Agrária, levado ao Legislativo Estadual por iniciativa do Governador Fluminense, obteve um entusiástico apoio dos lavradores. Isto porque as medidas propostas, embora bastante limitadas, aquém mesmo do disposto na Constituição Estadual, eram as primeiras medidas práticas tomadas após 12 anos de promulgação da lei básica do Estado e decorriam das melhores dias para os que trabalham a terra.

Há dias, no entanto, na Assembleia Legislativa, o Plano Piloto recebeu um golpe mortal. Em seu lugar foi votado um substitutivo que vem causando amargas decepções aos camponeses. O substitutivo aprovado a leque de coiza, sem a interferência dos lavradores, é um conjunto de generalidade e foi elaborado por elementos do governo estreitamente ligados aos agrários, como o udenista sr. Mário Guimarães, Secretário de Interior e Justiça. O substitutivo logo à colação dos problemas mais sentidos pelas massas camponesas do Estado do Rio, principalmente o da acirrada disputa de terras entre posseiros e arribeiros.

Prezados agora os autores do substitutivo, com o objetivo de ludibriar os camponeses, apresentando-o como se fora o próprio Plano Piloto. Mas as massas não se deixam enganar tão facilmente. O II Congresso dos Trabalhadores Fluminenses, há pouco realizado defendeu as reivindicações dos camponeses, como a realização da terra, ajuda técnica e creditícia, etc., atendidas em parte pelo projeto original do governo, e, por isso, apoiou o Plano Piloto de Ação Agrária. Mas, ao mesmo tempo, estranhou que a Assembleia Legislativa rejeitasse este Plano e aprovasse uma lei anódina que não satisfaz os anseios de centenas de milhares de fluminenses. A lei aprovada não atende os interesses não só dos lavradores, mas, também, dos operários, camadas médias da população urbana, industriais e de todas as forças políticas vitoriosas a 3 de outubro, interessadas na reforma agrária e no progresso do Estado.

Apesar disso, o governador, contraditoriamente, sancionou imediatamente o substitutivo e ajudou a enterrar o Plano da sua iniciativa. Capitulou ante as forças reacionárias, não satisfazendo os compromissos assumidos com os camponeses, nos inúmeros contatos que com eles manteve antes e depois das eleições. Os comunistas, que contribuíram para a eleição do sr. Roberto

Silveira, não estão e não poderiam ficar indiferentes diante de tal fato. É certo que mantêm para com o governo estadual uma atitude positiva. Apoiaram na realização de sua plataforma eleitoral, que contém reivindicações nacionalistas e democráticas, e mesmo quando o criticam têm uma posição unitária, e sem o fortalecimento da frente única. Mas não podem deixar de condenar a decisão da Assembleia Legislativa e do governo que contraria os interesses dos lavradores.

No cumprimento de seu programa, o governo necessita de amplo apoio popular. Somente conseguirá este apoio na medida em que cumprir as promessas da campanha eleitoral. Não é recusando, fazendo concessões às forças retrógradas nem prometendo acabar com o imposto territorial que rende pouco ao Estado, que o sr. Roberto Silveira conseguirá tornar o seu governo efetivamente popular e nacionalista. Esta é uma das razões por que o fracasso do Plano Piloto representou não só uma derrota das massas, mas, sobretudo, uma derrota do próprio governo estadual e das correntes políticas nacionalistas que o apoiaram.

O Plano Piloto deixou de ser aprovado não só devido ao recuo das forças políticas que apoiaram o Governo estadual na Assembleia Legislativa, mas, pela reduzida mobilização de massas, particularmente dos lavradores e da classe operária. E ainda difícil a organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas e forte a organização das grandes fazendas que oferecem tenaz resistência à aprovação de quaisquer medidas de reforma agrária. Opuseram-se, sobretudo, à medida do Plano que exigia a

rigoriedade da declaração do justo valor das terras das grandes propriedades para o cálculo do imposto territorial ou possível desapropriação. A inclusão desse dispositivo, se bem que justo e rigorosamente dentro do termo constitucional, que manda cobrar em dobro anualmente o imposto territorial das grandes propriedades não exploradas em pelo menos um terço de sua área aproveitável, constituiu um erro, ampliou o campo do inimigo, juntou aos grileiros os grandes proprietários rurais que, ainda detêm importantes posições no legislativo e no executivo estaduais. A atual correlação de forças políticas no Estado ainda não permite medidas mais radicais de reforma agrária, nem mesmo a aplicação imediata de todos os dispositivos democráticos da Constituição, embora isto não signifique que os camponeses deixem de lutar pelo seu cumprimento.

As massas tiraram preciosas lições deste primeiro embate com as forças da reação. Aprenderam a confiar principalmente em suas forças unidas e organizadas e no apoio dos trabalhadores de cidade e do campo se quiserem ver satisfeitas suas reivindicações. Os lavradores começaram a compreender que ao lado da organização devem utilizar todos os recursos legais para pressionar o governo e o legislativo. Ao fortalecer suas organizações, os lavradores e todas as pessoas progressistas do Estado do Rio devem se esforçar por criar uma opinião pública favorável a novas medidas de reforma agrária, pois a não aprovação do Plano Piloto não significou o fim da luta. Ao contrário, apesar de a lei, existe uma lei aprovada e que deve ser levada à prática imediatamente nos aspectos que beneficiam os lavradores. Estes devem se esforçar mais ainda para incluir em sua regulamentação as suas reivindicações mais sentidas e para que a Assembleia Legislativa legisle em favor do homem do campo. A Assembleia Legislativa é o órgão governamental que pode fazer novas leis regulamentadoras da Constituição Estadual, mais diretamente não que afirmam alguns elementos, que propalam maliciosamente a lei e a poderes para legislar sobre medidas de reforma agrária. Tudo depende da unidade dos lavradores, de sua aliança com as demais forças populares e nacionalistas, principalmente a classe operária que poderá dar-lhe um efetivo apoio em sua

O PROBLEMA AGRÁRIO NO BRASIL

Os dados estatísticos sobre a estrutura agrária e a produção agrícola em nosso país comprovam o atraso da agricultura brasileira, que resulta fundamentalmente do monopólio da terra e das sobrevivências precapitalistas.

QUEM MONOPOLIZA A TERRA

Dos 61 milhões de habitantes de nosso país, cerca de 39 milhões vivem no campo, sendo que 12,5 milhões constituem a população ativa na lavoura e na pecuária. Dessas pessoas ativas no trabalho rural, pouco mais de 2 milhões são proprietários. Admitindo-se que cada proprietário tenha apenas uma propriedade, são proprietários apenas 16% dos que trabalham nas atividades rurais, ou 5% dos que vivem no campo. Mais de 10 milhões trabalham em terra alheia.

A propriedade da terra não só é limitada a muito poucos, mas ainda se distribui de modo extremamente desigual. Cerca de 149 mil proprietários (8% do número de pro-

prietários, ou 14% dos que trabalham na terra) são donos de 3/4 da área total das propriedades. Enquanto isso, 22% dos estabelecimentos rurais têm menos de 5 hectares cada um, abrangendo apenas 4% da área total das propriedades.

Segundo o especialista Humberto Loyo, o Brasil é o segundo país do mundo de maior concentração da propriedade territorial, cabendo o primeiro lugar ao Chile.

OS LATIFÚNDIOS INEXPLORADOS

A simples concentração da propriedade territorial não caracteriza o atraso da estrutura agrária, se as grandes propriedades fossem exploradas racionalmente. Entretanto, a área cultivada de 22 milhões de hectares não ultrapassa 9,5% da área total das propriedades rurais. 80% das propriedades têm área de colheita menor do que dez hectares. A maioria das terras ocupadas permanece por-

(Fatos e Cifras)

tanto, inexplorada. Estes elementos definem a existência em nosso país de uma estrutura latifundiária típica dos países atrasados: predomínio da grande propriedade com fraco índice de aproveitamento da terra.

MONOPÓLIO DA TERRA E ATRASO TÉCNICO

Outro fator que caracteriza o atraso de nossa agricultura é a baixa produtividade do trabalho rural, o primitivismo dos processos de cultivo.

Dos 10 milhões de pessoas que não possuem terra, 6 milhões se dedicam à produção de cereais. São na maioria parceiros, meeiros, que vivem quase num regime de economia natural, destinando ao mercado uma parte pequena da produção. O parceiro ou meião não tem propensão para investir, para empregar a técnica agrícola, porque não possui nenhuma garantia de permanência na terra. Os contratos de arrendamento são na maioria feitos verbalmente, a prazos extremamente curtos, por um ou dois anos.

Os grandes proprietários, por sua vez, também não têm necessidade de realizar investimentos de vulto na exploração agrícola, porque dispõem de abundante mão-de-obra barata e há sempre a possibilidade de aumentar a área cultivada. O capital acumulado na agricultura é desviado, assim, para a especulação imobiliária, a compra de novas terras, etc. O monopólio da terra é responsável, deste modo, pelo atraso técnico de nossa agricultura.

BAIXA PRODUTIVIDADE

Consequência desse atraso técnico é a baixa produtividade do trabalho agrícola no Brasil. Enquanto em nosso país cada agricultor explora em média 2 hectares, na Argentina cultiva 17 e nos Estados Unidos 27 hectares. No Brasil cada trabalhador agrícola alimenta 4 ou 5 pessoas em média; na Argentina 10 pessoas; nos Estados Unidos 20 pessoas. Assim, em nosso país o produto agrícola bruto "per capita" é 10 vezes inferior ao da Argentina.

MISÉRIA DAS MASSAS RURAIS

Privadas da propriedade da terra, sem qualquer garantia quanto aos frutos do seu trabalho, produzindo pelos métodos mais antiqua-

dos e necessário para viver, as massas trabalhadoras do campo têm um nível de vida dos mais baixos do mundo.

Segundo cálculos oficiais, o grosso da população agrícola no Brasil tem uma renda que representa a décima parte da renda de um empregador agrícola. Nestas condições, as grandes massas do campo possuem um poder aquisitivo diminuído. Sua situação influi negativamente no processo de desenvolvimento industrial, que exige um mercado interno em expansão.

NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

Por isso mesmo é que são justas as medidas apoladas pelos comunistas e indicadas por Prestes em seu trabalho "A situação política e a luta por um governo nacionalista e democrático", que a seguir transcrevemos:

A realização da reforma agrária constituirá passo fundamental para o processo de nossa economia. Ela é indispensável para valorizar o imenso potencial permanentemente desperdiçado de milhões de camponeses desprovidos de terra e de outros meios de produção, para ampliar o mercado interno necessário à indústria através da elevação da renda de todas as categorias de trabalhadores agrícolas para elevar a produção e a produtividade da agricultura a fim de que, em matéria de volume e de preços de custo de gêneros alimentícios e matérias-primas, possa atender às exigências criadas pelo processo de industrialização e de urbanização do país.

O sentido fundamental da reforma agrária deve ser o de combater a grande propriedade territorial improdutiva ou baixamente produtiva, da criação do maior número de núcleos de cultivo agrícola baseado na pequena propriedade, de restrição e extinção final das sobrevivências de tipo feudal nas relações agrárias.

Numerosas medidas parciais de caráter legislativo e executivo, no âmbito dos poderes federais, estaduais ou municipais, podem ser aplicadas para encaminhar a reforma agrária num sentido progressista, em benefício das massas camponesas. Entre estas medidas citamos as seguintes:

- a) Desapropriação total ou parcial de grandes propriedades com baixo índice de aproveitamento, tornando obrigatória esta medida no caso da proximidade de obras públicas como açudes, estradas e outras. Criação de fundos para justa indenização de desapropriações. Loteamento das terras desapropriadas exclusivamente entre

pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante julgamentos módicos e a longo prazo.

b) Forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades.

c) Utilização das terras do Estado, submetido na proximidade dos mercados consumidores e das vias de comunicação, para formar núcleos de pequena propriedade. Entrega dos títulos de propriedade para os possesores. Defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem.

d) Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, visando os seguintes fins: baixar os taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; facilitar o prolongamento dos prazos contratuais em benefício de arrendatários e parceiros; garantir a indenização por benfeitorias; impedir os despejos arbitrários.

e) Elaboração de legislação trabalhista adequada às condições do campo, garantindo direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, mas frequentemente não aplicados como salário mínimo, férias remuneradas, aviso prévio, indenização por despedida, jornada de 8 horas, pagamento de horas extraordinárias, etc., e estendendo-lhes outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades. Proibir a prática de arbitrários descontos nos salários.

f) Orientar a política de crédito do Banco do Brasil no sentido de ampla ajuda financeira aos pequenos cultivadores, modificando as normas que impedem a prestação dessa ajuda e fazer do crédito oficial monopólio dos grandes fazendeiros.

g) Incentivo à mecanização da agricultura e, em geral, à elevação de seu nível técnico, concedendo crédito, câmbio favorecido para importações, etc. Facilitar aos pequenos lavradores a aquisição de instrumentos e de outros meios de produção, que se adaptem às dimensões do seu cultivo e elevem sua produtividade (arados, animais de tração, adubos e inseticidas, etc.). Realização de um programa de investimentos estatais para fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios básicos no consumo popular. Intensificar a construção de silos, melhoras e aumentar a rede de transportes. Construção de fábricas nacionais de máquinas agrícolas, aproveitadas para esse fim a Fábrica Nacional de Motores.

h) Estimular ao cooperativismo, concedendo facilidades de financiamento, assistência técnica e outras formas de ajuda.



DENÚNCIAS POLÍTICAS



"A consciência da classe operária não pode ser uma consciência verdadeiramente política se os operários não estão acostumados a reagir contra todos os casos de arbitrariedades e de opressão, de violência e abusos de toda espécie, quaisquer que sejam as classes afetadas e a reagir precisamente do ponto de vista social-democrata (NR: comunista) e não de nenhum outro. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprendem, na base dos fatos e de acontecimentos políticos concretos e, além disso, atuais, a observar cada uma das outras classes sociais, em todas as manifestações da vida intelectual, moral e política dessas classes; se não aprendem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes e grupos da população. Quem quer que oriente a atenção, a capacidade de observação e a consciência da classe operária exclusivamente, ou mesmo apenas preferentemente, para ela mesma, não é um social-democrata (comunista), pois o conhecimento de si mesma, por parte da classe operária, está inseparavelmente ligado à completa nitidez não só dos conceitos teóricos... ou melhor dizendo, não tanto dos conceitos teóricos, como das idéias elaboradas na base da experiência da vida política, acerca das relações entre todas as classes da sociedade atual. E' por esta razão que é tão profundamente nociva e tão profundamente reacionária, em seus resultados práticos, a prédica de nossos "ecomonistas" de que a luta econômica é o meio mais amplamente aplicável para incorporar as massas ao movimento político. A fim de chegar a ser um social-democrata (comunista), o operário deve fazer uma idéia clara da natureza econômica e da fisiologia social e política do latifundiário e do padre, do dignitário e do camponês, do estudante e do vagabundo, conhecer seus lados fortes e seus lados fracos, saber orientar-se em meio às mais correntes frases e sofismas de todo tipo, com os quais cada classe e cada camada encobre seus apetites egoístas e sua verdadeira "natureza", saber distinguir que instituições e leis refletem éstas ou aquéles interesses e de que forma exatamente o fazem. E não é no livro que eles podem encontrar essa "idéia clara": só a podem proporcionar exposições vivas, denúncias baseadas em fatos ainda recentes de tudo quanto suceder num determinado momento em torno de nós, de tudo aquilo sobre que todos falam ou murmuram entre si e que se manifesta em determinados acontecimentos, cifras, sentenças judiciais, etc., etc. Essas denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas".

(V. I. LENIN: "QUE FAZER?")

O FARISEU AMBULANTE

Em dia do começo dessa semana, passava da meia noite e o pessoal que trabalhava em horas extraordinárias notaria, nas proximidades da estação das barcas, as luzes da Câmara acesas. Lá dentro, com os óculos de tartaruga falsificando, o sr. Carlos Lacerda, indiferente aos perigos da apoplexia, exigia, em altos brados, um relator para o projeto dos conselheiros da República. Os gritos do líder podiam ser ouvidos na rua: «Não podemos continuar sem relator!»

Deve haver, não deve haver relator? E conselheiros da República? Preclamamos déles? Serão um bem? Serão um mal? Eis a questão que se transforma em motivo de vigília

no Legislativo, enquanto os transeuntes passam indiferentes, em busca da condução de Niterói.

Há, no entanto, os que se omitem e que nem diversão procuram fazer. Entre os que se omitem está o deputado paranaense Jânio Quadros, que ainda agora pediu mais noventa dias de licença à Câmara, onde só botou os pés no dia da posse.

Refugiando-se no estrangeiro, Jânio Quadros evita pronunciamentos sobre os grandes problemas nacionais. Pronunciamentos através de votos e não de palavras. Enquanto isso, dois secretários, um com um nome que dá idéia de diminutivo, e que é o mais importante, o sr. Quintanilha e outro com um nome que dá a idéia de aumentativo, e que é o menos importante, o sr. Mazagão, fornecem à reportagem notícias produzidas em série, que alimentam o fogo sagrado da propaganda do sr. Jânio, o candidato do entreguismo, que a imprensa, o rádio e a televisão "livres" transformam em vedete de todas as horas e de todos os programas, segundo a observação de Lincoln de que é possível enganar uma parte do povo durante algum tempo, só não sendo possível enganar eternamente o povo, mistificando-o através de todas as suas camadas, com expedientes demagógicos.

Emissões da Rádio de Moscou para o Brasil

A Rádio de Moscou transmite diariamente, em língua portuguesa, das 19,30 às 21 horas, hora do Rio de Janeiro, pelos comprimentos de onda de 19 e 25 metros.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XX III)

A I INTERNACIONAL DERROTA O BAKUNINISMO

Em 1864, Bakunin encontrou-se com Marx, em Londres, de lá recebendo os Estatutos da I Internacional para organizar a seção desta na Itália. Na realidade o que organizou foi uma sociedade secreta, chamada "Aliança da Democracia Social", que nada tinha a ver com o programa e os estatutos da Internacional. Em 1868, em seguida ao completo malogro da "Liga da Paz e Liberdade", organização burguesa de cujo comitê dirigente fazia parte, Bakunin pediu para ingressar na Internacional. A esse tempo gozava de ampla popularidade na Itália, Suíça, Espanha e em seu país natal, a Rússia. O Conselho Geral exigiu de Bakunin, como condição para admiti-lo nas fileiras da Associação, que ele dissolvesse a sua "Aliança". Bakunin mostrou-se de acordo com essa exigência e prometeu cumprir a. Mas, apesar de acerto como membro da Internacional, não foi fiel à sua palavra: manteve a "Aliança", utilizando-a na luta cada vez mais declarada que logo em seguida começou a realizar contra a Internacional.

No IV Congresso desta, que teve lugar em 1869, na cidade suíça de Basileia, os bakuninistas lançaram-se a um potente ataque contra o Conselho Geral. Sua influência no Congresso era bem grande, a situação dos marxistas e demais delegados revolucionários mostrava-se aliada.

no terreno da organização. Supondo que no Congresso seguinte teriam franca maioria e que poderiam assim eleger um Conselho Geral sob sua hegemonia, propuseram que fosse outorgado ao Conselho o direito de expulsar da Associação seções, federações ou membros individuais, ressalvado ao expulso o direito de apelar da decisão. Ante o Congresso seguinte, o Congresso de Basileia aprovou essa proposta.

Mas os bakuninistas se enganaram em seus planos anarco-golpistas. Em seguida ao Congresso de Basileia sua influência no movimento operário, em vez de crescer, começou a entrar em declínio. Não conseguiram, assim, apoderar-se do Conselho Geral, como sonhavam, para expulsar da Internacional a Marx e aqueles que o acompanhavam na luta paciente e tenaz de esclarecimento dos operários sobre as falsas teses bakuninistas. Em desespero, éstes passaram à ação aberta a sem princípio contra o Conselho e contra Marx. Mas foram sendo sucessivamente derrotados, até que, em 1872, Bakunin e o que restava de seus adeptos e que foram, eles sim, expulsos das fileiras da I Internacional.

Dissemos (Ver o Capítulo XXII, em NOVOS RUMOS, n.º 22), que Bakunin tinha, entre outros atributos pessoais, o de ser dotado de espírito organizador. De fato era assim. Mas, dadas as suas errôneas concepções idealistas, usava essa qualidade para tentar desorganizar o movimento operário, ou seja, para tentar, apesar de todas as suas teorias e intenções, manter a organização da sociedade burguesa.

superior florescimento no comunismo. Com a derrota do bakuninismo encerra-se a fase preliminar de atividade da I Internacional. O ano de 1869 assinala o seu apogeu como organização política internacional das massas trabalhadoras. Durante cinco anos desempenhou importante papel na difusão do marxismo, como teoria e como prática, no seio do movimento operário, enfraquecimento e derrotando o proudhonismo, o bakuninismo, o traducionismo, o bakuninismo. Apesar dessas falsas doutrinas não terem sido extintas, estava aberto o caminho para a consolidação ulterior do marxismo, como única doutrina realmente revolucionária do proletariado.



Em 1870 estala a guerra entre a França e a Alemanha capitalistas. "Irmãos alemães, não ocuteis as vozes prostituídas dos letrados burgueses que tentam enganar-vos, a guerra entre nós seria uma guerra fratricida" — assim se manifestam os operários franceses, educados no espírito da solidariedade proletária pela I Internacional. "Sabemos — respondem os operários alemães — que em ambas as margens do Reno vivem nossos irmãos, com quem estamos dispostos a morrer por nosso objetivo final: a revolução social — e era do outro lado do mesmo espírito que falava, o programa proletá-

rio da I Internacional. A guerra não pôde ser detida. Mas, pela primeira vez, transformou-se em guerra civil do proletariado contra a burguesia, quando do sangue derramado sur-

giu, no coração da França, a gloriosa Comuna de Paris, a filha espiritual da I Internacional, a primeira forma da ditadura do proletariado conhecida pela história.

AS ESCOLAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS E O "SINDICATO DO COMÉRCIO DO ENSINO"

QUEREM:

- 1) Receber o Dinheiro do Governo
- 2) Ficar Com Polpudos Lucros
- 3) Controlar Ideologicamente o ensino

FABIO DE LUCCA

Mobilizada a Câmara em ligação com a Igreja Católica, a semana se passou sem que nenhum passo fosse dado à frente na discussão do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ao mesmo tempo, na imprensa continuava a espessa cortina de silêncio sobre a questão, dentro da campanha para evitar que a opinião pública seja despertada contra a aprovação de um projeto que visa desviar os recursos públicos da escola do povo para as escolas confessionais católicas e os membros do sindicato do comércio de ensino.

Diante da atitude benevolente da maioria, que entregou às batatas o projeto original do MEC e promoveu um projeto conciliatório, assimilando os elementos fundamentais do substitutivo Lacerda, este se finge de bom moço. Transigente e dócil, vai o sr. Lacerda fazendo ou obtendo concessões na elaboração do projeto final da subcomissão de educação, convencido de que esta é a melhor maneira de fazer passar o essencial daquele monstro que ele mesmo reconheceu como inconstitucional. Liberamente abandonadas pelo governo e pela maioria, as reivindicações educacionais dos trabalhadores, constabuladas na escola pública e na escola para todos, só contam agora com a Frente Parlamentar Nacionalista, já mobilizada para a defesa dos princípios do projeto original do MEC.

EDIÇÃO MELHORADA

NOVOS RUMOS já denunciou em seu último número as manobras entre o bispo d. Helder Câmara e os srs. Armando Falcão e Carlos Lacerda e a omissão do MEC. O resultado disto vem se refletindo na redação do projeto final pela subcomissão de educação. O trabalho foi tão eficiente que logo nos primeiros 3 artigos fica consagrada a sentença de morte à escola pública.

Fixando os fins da educação, ao invés de determiná-la concretamente em função do desenvolvimento material e cultural do país, diz-se no art. 1.º que ela visa à «compreensão dos direitos e deveres da criatura humana, da família do cidadão e dos grupos sociais que integram a comunidade». Neste trecho, totalmente copiado do projeto de Lacerda, a única coisa clara é a expressão «direitos e deveres». Tudo o mais (compreensão, criatura humana, família, grupos sociais, comunidade) é confusão intencional para possibilitar interpretações interessadas.

MISTIFICAÇÃO

O art. 2.º do projeto vai contra a Constituição, onde está dito claramente que «a educação é direito de todos». No projeto, porém, fala-se de outra coisa: «a educação da prole é direito da família». Não se trata apenas de palavras. Se a educação é direito de todos, segue-se, como o assinala a Constituição, que o Estado tem por obrigação garanti-la, uma vez que ela tem que ser assegurada por alguém, e não se pode impor obrigação desta ordem à iniciativa privada. Ora o direito da família à educação da prole é inteiramente vago e dúbio, a escola particular podendo mesmo ser considerada «delegada» da família.

No art. 3.º, volta-se à fórmula constitucional.

mas afirma-se que o direito de todos à educação é assegurado pela liberdade da iniciativa privada, como se algo que é livre pudesse assegurar alguma coisa. Pior ainda, define-se como obrigação do Estado tanto assegurar a educação, em pé de igualdade com a iniciativa privada, como a «fornecer recursos técnicos e financeiros indispensáveis para que a família se desobrigue dos encargos da educação». Refere-se o parágrafo a bolsas de estudo, à subvenção das escolas particulares, à constituição de um sistema próprio, ou a quê? Obviamente, o projeto deixa aberta a porta para qualquer tipo de interpretação, uma vez que ir mais além seria ferir vitalmente a Constituição de 1946.

"MONOPÓLIO" E "LIBERDADE"

Não temos aqui apontar uma a uma as imprecisões e dubiedades do projeto da subcomissão. Basta que se assinale o fato de que o referido projeto deixa de caracterizar perfeitamente todos os pontos fundamentais que deveria estabelecer, recorrendo a fórmulas evasivas como «para os devidos efeitos», «para todos os fins», «representação adequada», «serviços educacionais» e assim por diante sempre que se trata de fixar a situação das escolas particulares.

O confusão intencional da subcomissão chegou ao ponto de exortar no projeto um artigo, o de número 4, em que diz: «é vedado ao Estado favorecer o monopólio do ensino». Pergunta-se: que deve fazer o Estado para não favorecer o monopólio do ensino — limitar os recursos das escolas públicas e aumentar as subvenções, já elevadas, às particulares? Se não é isto o que se quer, então o que querem dizer com esta pomposa declaração antimonopolista? De que monopólio se trata?

Enquanto se ameaça a escola pública, todos os favores são concedidos às particulares. Por exemplo, assegura-se a elas a igualdade de condições em relação às oficiais, entre outras coisas, pela «representação adequada nos órgãos de direção do ensino». Entretanto, esqueceram-se de definir o que é representação adequada e quais são os órgãos de ensino que tem em mente o próprio Ministério, talvez.

UM PASSO ADIANTE, DOIS ATRAS

Mais adiante o próprio projeto reconhece várias diferenças entre as escolas públicas e as particulares (arts. 48 e 49) e especifica a constituição dos órgãos educacionais, retirando assim a última justificativa que haveria para a sua existência. No que diz respeito ao Conselho Nacional de Educação, cujos poderes são amplos, deu um passo à frente e dois atrás. Dispõe, justamente, a representação majoritária estadual no Conselho (um representante de cada Estado e quatro do Poder Central), o que sem dúvida torna-o mais eficiente. Em compensação, comete sério erro ao estabelecer que os representantes estaduais serão indicados pelos conselhos

locais, cuja constituição o projeto tornou perigosíssima.

De fato, os conselhos estaduais serão compostos por 10 membros, 5 indicados pelo governo e 5 pelas associações de professores. Pode-se desde já dizer que a Igreja e o «sindicato do comércio de ensino» conseguirão maioria nestes conselhos, infiltrando representantes seus entre os 5 indicados pelo governo e controlando a eleição dos representantes dos «professores». Com isto garantirão, igualmente, o Conselho Nacional, manipulando ao seu bel-prazer os recursos para a educação.

Outro ponto importante falseado no projeto da subcomissão é o que diz respeito à fiscalização do Estado sobre os estabelecimentos particulares. Num projeto já elavado de imprecisões, afirma-se ainda que (art. 10.º) «a inspeção dos estabelecimentos particulares limitar-se-á ao mínimo imprescindível a assegurar o cumprimento das exigências legais». Tanto vale dizer que a fiscalização, que como todo mundo sabe peca pela displicência e excessiva tolerância, tornar-se-á meramente formal. Para completar, o art. 12.º estabelece que não haverá distinção de direitos para qualquer fim entre os estabelecimentos públicos e os particulares. Perguntamos: inclusive no que diz respeito à dotação orçamentária?

BONS ALIADOS

Poderá o leitor pensar que exageramos quando falamos nos elementos contrários à escola democrática infiltrados em postos do sistema educacional público e nos objetivos da Igreja Católica e do «sindicato do comércio de ensino». Chamamos, porém, sua atenção para o fato de que nada menos de uma dezena de altos responsáveis por órgãos e instituições públicas de ensino, além do governador Parsifal Barroso e o conegor pelo sr. Jacobina Lacombe, secretário de educação da PDF assinaram um documento que exige prioridade para os estabelecimentos particulares e a redistribuição completa dos recursos da União em prejuízo da rede de educacionais públicos gratuitos.

O referido manifesto, dito de «defesa do primado do espírito», assinado pelos principais representantes dos sindicatos e promovido pela Igreja Católica (basta ler a lista de signatários), afirma ser «indispensável que no processo educativo tenham preeminência os grupos que se interpõem entre a pessoa e o Estado, isto é, em língua de gente, os «representantes» e «delegados» das famílias: os estabelecimentos particulares, principalmente os católicos. Um dos objetivos claros do manifesto era arregimentar apoio às pretensões do clero apostólico, e, ao mesmo tempo, dar uma demonstração de força.

O passo seguinte na trajetória do clero, depois de ver coroadas de êxito suas pressões sobre o Catete e a maioria e constabuladas na atuação «colaboracionista» do sr. Armando Falcão e parte de seus liderados, é a reivindicação do Ministério da Educação e Cultura. Trata-se, porém

de um passo artiscado, e a Igreja Católica vem procurando acumular mais forças antes de dar o passo. Para isso sucedem-se as reuniões no Palácio São Joaquim, presididas pelo bispo D. Helder Câmara.

ESCOLA PROGRESSISTA

Os inimigos da escola pública procuram fazer crer que ela é um dos responsáveis pela deficiência do ensino no Brasil. Alguns exemplos bastarão para indicar o contrário. Apesar dos defeitos, o ensino primário é o que se encontra mais próximo de nossas necessidades educacionais em qualidade e quantidade. Ora, a esmagadora maioria dos educandários primários são do sistema público. O secundário em São Paulo é universalmente considerado como o mais bem aparelhado e o mais eficiente do país: a participação particular não atinge 30%. Finalmente, o Rio Grande do Sul deu recentemente um exemplo flagrante da superioridade completa da iniciativa do Estado para resolver em grande escala o problema da educação, com o plano do governador Brizola de erradicação do analfabetismo.

Observemos agora que a escola pública não é de maneira alguma uma reivindicação socialista. Ela é uma conquista da burguesia do século passado e até hoje interessa à parte mais progressista da burguesia. De fato, a difusão do ensino é absolutamente necessária não só para o desenvolvimento técnico e industrial do país, com a formação de mão-de-obra qualificada, como também para a extensão do mercado interno, e a formação de uma opinião favorável ao desenvolvimento econômico do país.

DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO

Dada a extensão do problema, ficou claro desde o século passado, quando foi deflagrado o processo de industrialização, que só o Estado poderia fornecer a educação nas proporções que o desenvolvimento material exigia. Atualmente, com mais força ainda, esta é a situação. Acrescente-se que, ao contrário do que afirma a reação clerical-negocista, só o Estado, submetido às pressões de todos os grupos nacionais e colocado no centro da vida política, pode garantir a liberdade do ensino.

Trata-se, é claro, de concepção diferente da liberdade da que mantêm aqueles círculos, que a entendem como a subvenção pelo Estado, isto é, pelo povo que paga os impostos, de seus estabelecimentos submetidos ao seu controle ideológico e fornecendo lucros polpudos. Entretanto é a única liberdade que tem sentido para a grande massa da população trabalhadora, que tem na escola gratuita e mais ligada à vida sua possibilidade real de aperfeiçoamento cultural.

Como disse o ultraconservador «O Estado de São Paulo», comparando as reformas pretendidas com o acordo de 1929 entre o Vaticano e Mussolini: «E, como se vê, a instituição no Brasil de ensino livre, livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos. Em vez de «pagar para ver», o Estado «paga sem ver». Ou, em outras palavras, os trabalhadores sustentariam escolas em que, se pudessem entrar, o que é difícil, receberiam «ensinamentos» secos, obtusos e reacionários, a preço de ouro».

O povo não aguenta mais

São Paulo Une Suas Forças Para o Combate à Carestia

ULTIMAM-SE OS PREPARATIVOS PARA A CONVENÇÃO ESTADUAL QUE SE INSTALARA DIA 7 — DEZENAS DE CONFERÊNCIAS, CONVENÇÕES MUNICIPAIS E COMÍCIOS — TEMÁRIO

(Da Sucursal de N. R.)

São Paulo tivemos provas suficientes para verificar a justeza desse raciocínio. Suriram manifestações populares que mostraram, claramente, a disposição de luta das massas revoltadas.

Mas a carestia não atinge exclusivamente as massas populares. A orientação política do governo, evadida de seus, tem prejudicado também os industriais nacionais e os fazendeiros que, através de suas organizações, protestam toda a vez em que é adotada alguma medida que concorra para o aumento do custo de produção, restringindo as atividades produtivas.

Ora se esses movimentos são travados em torno dos efeitos da política econômica e financeira do governo federal, por que não unificar as exigências comuns a todas as forças e apresentá-las às autoridades como reivindicação de todos os setores do povo paulista?

Canalizando estes esforços, e em outras oportunidades futuras, sempre com mais

adesões, caminhar-se-á na frente única capaz de livrar o país da miséria, de delinear o progresso em sua jornada. Daí a ideia materializada na 1.ª Convenção Estadual Contra a Carestia, que se instalará no próximo dia 7, no Teatro São Paulo, realizando as demais sessões plenárias nos dias 8 e 9, no Ginásio do Estado Municipal no Paqueta.

ESFORÇO UNITÁRIO

E é essa a finalidade na comissão organizadora do conclave, conforme esclarece em manifesto assinado por seus membros.

«Nessa oportunidade — seleta o Manifesto — serão examinadas questões do maior interesse à economia nacional, como sejam: a inflação nos seus variados aspectos, a política orçamentária e monetária do governo federal; a produção industrial e agrícola; os meios de transporte e a distribuição dos bens de consumo; a política de preços e a alocação de crédito; a política de in-

vestimentos e o comércio exterior; a tributação e o mercado interno. Além disso, serão examinados outros fatores de enriquecimento do custo de vida, com todos os seus danos reflexos na conjuntura social-econômica da Nação, bem como as normas de ação para eliminá-los. Trata-se, portanto, de um esforço unitário no sentido construtivo, visando cooperar com os poderes constituídos na solução de graves e importantes problemas».

A ORGANIZAÇÃO

Como se vê, a organização dessa nova forma de luta contra a carestia, onde participam tão amplas e heterogêneas forças, estruturou-se lentamente, tendo de superar numerosos obstáculos. As partes tiveram de ceder em pontos que dizem respeito aos seus interesses específicos, para reforçar os que as unia, como por exemplo a questão das relações comerciais com todos os países e a limitação da remessa de bens ao exterior.

Numerosas reuniões da comissão organizadora foram realizadas, a fim de dilucidar incomprensões. Dela participaram representantes das entidades promotoras, ou seja, a Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, Pacto de Unidade Intersindical, e compreendendo sindicatos e federações de trabalhadores; União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil; Federação das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo; Bolsa de Cereais; Associação Comercial de São Paulo e Santos; Federação das Mulheres no Estado de São Paulo; União Paulista dos Estudantes Secundários e União Estadual dos Estudantes.

CONFERÊNCIAS E CONVENÇÕES

Membros da comissão organizadora, têm proferido conferências sobre os itens constantes do temário da convenção. Essas palestras geralmente precedem assembleias sindicais convocadas para debater a questão referente ao aumento do custo da vida. Por outro lado, a exemplo do que se fez em Barretos e Guarulhos, realizam-se convenções em numerosos municípios, onde se aprovam teses e se organizam delega-



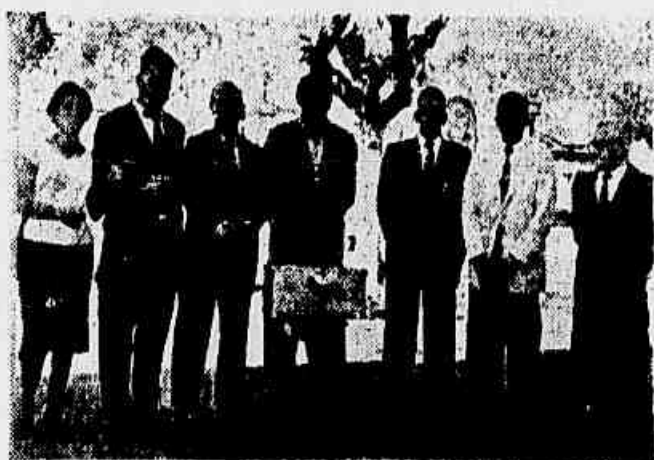
Os produtos alimentícios devem tornar-se acessíveis a bolsa popular. Soluções práticas para sustar o aumento contínuo dos preços serão apontadas na Convenção pelos representantes das organizações populares e estudantis

ULTIMAM-SE OS PREPARATIVOS

A fim de propagar entre todas as camadas populares a realização e os objetivos da

convenção, foram confeccionados milhares de faixas, cartazes e panfletos alusivos a alta constante do custo de vida. O temário e o regimento interno foram impressos e remetidos a centenas de entidades representativas de coletividade paulista. Pesa, sobretudo elas, a responsabilidade de opinar, decidir e enquadrar de forma adequada as soluções inadiáveis do problema nacional.

ESTÓCEL DE MORAIS



A 21 de julho, amigos e companheiros do falecido dirigente comunista Estócel de Moraes, assistiram, no Cemitério São João Batista, à remoção dos despojos da... (text continues)

RUMO AS ELEIÇÕES...

(Conclusão da 3.ª pág.)

sr. Carvalho Pinto — suspeito, portanto, de inclinações pró-Jânio — não, concordam com a anunciada ec...

Este descontentamento se deve à vacilação de JK em dar a reforma um conteúdo realmente nacionalista.

Contudo, as mudanças do Ministério salvaguardam a coligação PSD-PTB. A própria designação do sr. Amaral Peixoto, antes do regresso do sr. Goulart e surpreendendo aparentemente os setores trabalhistas, pode ser interpretada como a eliminação de um fator de desconfiança existente no PTB...

MUDANÇA DE POLITICA

Os círculos nacionalistas — inclusive no seio do governo — e, em geral, as forças interessadas na política de desenvolvimento exercem pressão, por sua vez, no sentido de que a reforma ministerial traga consigo uma mudança radical na orientação econômica-financeira que, sob a inspiração do grupo entreguista, Lucas Lopes — Roberto Campos — Garrido Torres, vinha sendo realizada por JK. Esta exigência vem sendo de há muito apresentada pelas...

correntes nacionalistas, particularmente pelo movimento sindical e as entidades estudantis. Nos últimos meses, sobretudo, intensa campanha popular foi feita, ganhando inclusive as ruas, pela demissão daqueles entreguistas, que através do Plano de Estabilização Monetária pretendiam nos arremeter às exigências do FMI e dos tratados norte-americanos. Agora, nos entendimentos com o sr. Kubischek, o presidente e os governadores do PTB fizeram ver ao chefe do governo que a reforma ministerial era a oportunidade para que fossem afastados os responsáveis imediatos por uma política que, tendo um conteúdo abertamente entreguista só podia levar à paralisação do nosso desenvolvimento econômico e ao agravamento das condições de vida das grandes massas populares. Estas mesmas observações foram feitas ao marechal Teixeira Lott pelos representantes da Frente Parlamentar Nacionalista que com ela estiveram na última segunda-feira.

Apesar de não se poder ainda fazer afirmações categóricas nesse terreno, a demissão dos srs. Roberto Campos e Lucas Lopes (no momento em que se reúne o Congresso Nacional dos Estudantes), constitui uma importante vitória do movimento nacionalista. O sr. Campos era, como todos sabem, o mentor do grupo entreguista. O seu afastamento, segundo se espera, implicará na demissão também do sr. Garrido Torres (SUMOC) que, ao que se espera, será substituído pelo sr. Sidney Latini, Secretário Geral do GEIA.

CONCENTRAÇÃO NO SENADO

PELA APROVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA

CNTI resolveu: assembléa permanente nos sindicatos a partir do dia 7

Os representantes das Confederações Nacionais, das Federações e dos Sindicatos operários sediados no Distrito Federal resolveram promover uma concentração no Senado, no próximo dia 13, às 16 horas, quando entregarão aos senadores as mensagens dos trabalhadores, provenientes de todo o país, solicitando a imediata aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e da do Direito de Greve.

ATO PÚBLICO

Os trabalhadores do Distrito Federal, por outro lado, estão sendo convocados para comparecer ao ato público programado para o próximo dia 14, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Têxteis, rua Mariz e Barros, 61, onde haverá um debate sobre as emendas apresentadas ao projeto de Lei Orgânica da Previdência Social e do que regulamenta o direito de greve. Para o referido debate estão sendo convidados parlamentares de vários partidos políticos.

EM NITERÓI

Também em Niterói, convocados pelas entidades sindicais,

os trabalhadores estão se preparando para o debate que será realizado na sede do Sindicato dos Operários Navais, no dia 5 próximo, às 19 horas, como parte da campanha nacional pela aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e da do Direito de Greve.

ASSEMBLÉIAS PERMANENTES

A Diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria resolveu orientar as suas entidades para que permaneçam em assembléa permanente a partir de 7 de agosto até 3 de outubro vindouro.

O dia 7 de agosto foi conveniado como o Dia da Previdência Social e do Direito de Greve. Nesse dia todos os trabalhadores do país participarão de reuniões de fábrica, bairro ou sindicato para discutir e adotar medidas destinadas a reforçar a campanha nacional pela aprovação das citadas Leis. A orientação da CNTI é para que as entidades sindicais se dirijam através de comissões ou de abaixo-assinados às Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, etc., solicitando o apoio das mesmas para a aprovação das referidas Leis que há 12 anos estão engavetadas nos legislativos federais.

MENSAGEM DO BRASIL AOS CHANCELERES EM GENEBRA

A conferência de Ministros das Relações Exteriores da URSS, EE.UU., Inglaterra e França, reunida em Genebra, o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz enviou um telegrama, no qual, entre outras coisas, diz: "Cremos ser hoje impossível esconder que a atual situação de Berlim é ameaçadora pelo que encerra de prepotência ante os desejos de autodeterminação da população dessa cidade, ocupada, no setor Oeste, após 14 anos do término da guerra. O rearmamento alemão com armas nucleares e algo que não tem justificativa nos olhos da humanidade que ainda chora os mortos da última guerra desencadeada pelo nazismo.



José Militão Soares

O acordo sobre o problema alemão, a proscrição das armas de extermínio em massa, o desarmamento, o fim da guerra fria, constituem questões que podem e devem ser solucionadas pelo entendimento entre os grandes responsáveis pela paz no mundo".

O telegrama acrescenta: "O recurso à guerra, a própria ameaça de guerra, trazendo a inquietação e as corações dos homens de toda parte deve ser banido como método na procura de soluções para os problemas internacionais do nosso tempo. Formando ao lado da opinião pública mundial, reclamamos a atenção dos chanceleres reunidos em Genebra que ultimem, através do acordo que todos almejamos, as providências necessárias para a reunião de chefes de Estado dos EE.UU., França, Grã-Bretanha e URSS. Acreditamos que essa conferência de nível dos chefes de Estado, na atual circunstância, seja de poderosa eficácia para o alívio da tensão internacional".

ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM PERNAMBUCO

(Conclusão da 3.ª pág.)

Cavalcanti, vários candidatos trabalhistas à Câmara Municipal fazem a campanha de Arraes e não a do sr. Antônio Pereira; e, por fim, nenhum líder trabalhista se animou, até hoje, a aparecer de público ao lado do candidato etelvinista — fato que fala por si mesmo.

QUEM É ARRAES

Duas vezes secretário da Fazenda, ex-delegado do Instituto do Açúcar e do Alcool em Pernambuco, deputado estadual em duas legislaturas, Miguel Arraes é um nome conhecido do povo pernambucano por sua combatividade e atuação democrática. Foi presidente do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Liga de Emancipação Nacional neste Estado e mais de uma vez voltaram-se contra ele os grupos reacionários, inclusive esgrimindo a arma do anticomunismo. Sob o governo do sr. Cordeiro de Farias, Arraes propôs-se na oposição à política reacionária e entreguista do etelvinismo.

O PRESTÍGIO DOS COMUNISTAS

Sua candidatura ao governo municipal surge apoiada pelo governador Cid Sampaio, pelo prefeito (e vice-governador eleito), Pelópidas Silveira, pela UDN (que em Pernambuco é anticomunista), o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Social Progressista, o Partido Social Trabalhista — e pela força política mais influente da Recife: os comunistas. A chegada de Prestes, sábado último, é uma eloquente demonstração do prestígio popular dos comunistas aqui. Registram os diários da cidade que a recepção oferecida sábado a Prestes foi duas vezes maior que a de setembro do ano passado, quando o líder comunista restabeleceu com o povo recifense um contacto interrompido por onze anos de clandestinidade. Outra também não é a razão do extraordinário entusiasmo nos comícios eleitorais, de que Prestes vem participando nos últimos dias. Este fato explica suficientemente porque o etelvinismo renunciou praticamente ao anticomunismo como argumento eleitoral, o mesmo ocorrendo com os setores mais retrógrados da alta hierarquia católica.

CAMPANHA DO "CONTRA"

As próximas eleições oferecem também um outro aspecto interessante. Serão um teste de massas para a administração do prefeito Pelópidas Silveira. É certo que pela primeira vez numa campanha eleitoral em Recife, a oposição não ousa falar de desonestidades ou negociações da administração. Por isto, a campanha eleitoral do etelvinismo limita-se a apontar aspectos negativos do governo Pelópidas, mas é pouco provável que consiga maiores sucessos, Com

efeito, apesar de haver sido hostilizado pelo governo estadual (Cordeiro de Farias) durante mais de três dos quatro anos do seu mandato, o prefeito Pelópidas Silveira apresenta um ponderável saldo de realizações. Contando, praticamente, apenas com os recursos de uma arrecadação municipal de 800 milhões de cruzeiros (a do Distrito Federal é de 15 a 20 vezes maior), o prefeito Pelópidas Silveira voltou sua atenção principalmente para as zonas pobres da cidade. Nestes três anos e meio, ruas e modernas avenidas rasgaram os subúrbios da cidade. Entre tais vias, destacam-se a Avenida Norte, com cinco quilômetros de extensão, das quais mais de três já concluídas, a que liga os subúrbios de Beberibe e Casa Acrela, beneficiando diretamente uma população de 200 mil habitantes, a larga Avenida Conde da Boa Vista, que resolveu o problema do tráfego no centro da cidade, além de outras.

ÁGUA E LUZ

Um grave problema continua sendo o do abastecimento de água. O Departamento de Águas faz parte da administração estadual e enquanto esteve no poder o general Cordeiro de Farias, nenhuma sé ligação de chafarizes, das muitas pedidas pela Prefeitura do Recife, foi feita. Ultimamente, porém, com a vitória de 3 de outubro, já são diversos os bairros aos quais foi lavado o abastecimento de água.

Outro problema que a Prefeitura nem enfrentado, é o da luz elétrica. Considerável extensão da rede elétrica foi realizada e certamente muito mais teria sido feito se a Pernambuco Tramways (filial da Bond & Share) não tivesse deixado tornar-se obsoleta e insuficiente a rede de distribuição. Em Pernambuco, como em outros Estados, marcha-se para a exploração dos serviços de luz e energia pelo poder público e tanto o governador Cid Sampaio como o prefeito Pelópidas Silveira e o sr. Miguel Arraes estão firmemente comprometidos nesse sentido. Sucede que em 1962 expira o contrato da Tramways e a empresa reverterá ao Estado automaticamente, sem qualquer desembolso. Daí o total desinteresse do trustee em fazer qualquer nova inversão de capital. Nestes dias de campanha eleitoral — por singular coincidência — tem havido diversas interrupções no fornecimento da energia de Paulo Afonso, que a Tramways compra a 60 centavos o quilowatt, revenendo a 3 cruzeiros e 10 centavos. A oposição etelvinista que é pela renovação do contrato, tem procurado tirar proveito das má relações entre o trustee e o governo estadual.

CANDIDATOS A VEREADOR

Não é menor o interesse oferecido pelas eleições para as Câmaras Municipais.

Em Recife, nomes expressivos do movimento democrático, como o veterano lutador antifascista Carlos Duarte, o do líder sindical Miguel Batista, apresentam-se ao eleitorado com fortes possibilidades. Também nos municípios vizinhos figuram nas listas eleitorais candidatos conhecidos do povo, com honroso passado de lutas.

GOVERNO SEM PRECONCEITOS

Um forte argumento em favor da candidatura democrática é que a presença de Arraes na Prefeitura mantém a unidade administrativa agora reinante entre o Estado e o município, o que dificilmente ocorreria na hipótese contrária. Por outra parte, Arraes se compromete a continuar o governo sem preconceitos de Pelópidas Silveira, do qual fazem parte expressivos nomes do movimento comunista em Pernambuco.

Estes dias finais da campanha estão sendo duramente trabalhados pelos dois candidatos principais (há um terceiro, sem maiores possibilidades, o radicalista Ernani Seve), mas a maioria dos prognósticos é no sentido de que Arraes vencerá.

AUMENTO PARA OS PADEIROS

Também os trabalhadores em panificação e confeitaria do Distrito Federal se encontram empenhados na campanha pelo reajustamento salarial. Nesse sentido, programaram uma assembléa para o dia 31 do corrente, onde voltarão a discutir sobre o aumento de 50% que estão pleiteando junto aos empregadores.

DISPOSTOS A IR A GREVE OS FERROVIÁRIOS DA CENTRAL

Em assembléa programada para hoje (31), os ferroviários da Central do Brasil decidirão qual o caminho a seguir para conquistarem os seus direitos que vêm sendo negados. A citada assembléa, que contará com a participação de representantes dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste, poderá optar pela greve, uma vez que essa é a tendência de inúmeros líderes, que de há muito vêm lutando para conseguir: a) extensão do abono de 30% ao pessoal de outras; b) salário mínimo de Cr\$ 6.000,00 em toda a Estrada; c) suspensão dos descontos ilegais sobre os salários do pessoal de referência; d) abono de 30% sobre o salário mínimo de 6 mil cruzeiros.

Faleceu Tragicamente José Militão Soares

Vítima de um atropelamento, faleceu a 4 de julho em Belo Horizonte o militante sindical, veterano combatente antifascista José Militão Soares.

do túmulo falaram o dr. Alencastro Carvalho, em nome dos antigos companheiros e amigos de Militão, e o sr. Eurico

Paiva, em nome do Sindicato de Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares, ao qual pertencia o extinto.

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXEDI — O Poeta Vaqueiro

Favela do «Canta Galos», Meu cumpade Zé Trindade! T'iscrevo pra dá notícia Da vida cá da cidade.

Maria Isté já vortô, Dishancô os mericano E bateu nos inguilês. O Brasí, mais u'a vez, Foi pra lá e deu de cano.

Eles sabe qui nós samo A gente mais sartadêra. Futibô, no mundo intêro, Nós tamo na dianterá! O mundo todo arrespeita A baliza brasileira!

Cumpade, o jôgo do tena, É face de sé jogado: U'a bola piquinina E a tarrafa de prado. Pé firme e a mão ligêra Garra o cabo das penêra Os jogadô dos dois lado.

Apôs foi nesse joguin Qui nossa Maria Isté Amostrô qui brasileira É cem pur cento muié!

De tudo qui ni de novo No cento da capitá. Pra eu o mais importante É os papagai de metá.

O biehin fala demais! A gente vê de magote, Nas mão do povo falando, Ao Brasí ispicando O valô qui tem o Lote.

Generá Texêra Lote: Pode inté sé verdadêro, O sangue de Tiradente Tá no seu purso minêro. Ele querendo fazia Um Brasí prus brasileiro

Fala também no doutô Qui vem barrê o país. Sua bassôra im São Palo Dexô o povo infiliz. Barre pru riba de tudo Leva o qui tem de miúdo... Porém dexando as raiz.

Vão aí as nuvidade Nessa carta qui ti faço. Lembrança a tôda família. Manezin dos Anastão!

José Militão Soares deixa viúva D. Zaira da Silva Soares.

O sepultamento do antigo militante sindical mineiro, chocando profundamente os meios onde era conhecido e querido, contou com o comparecimento de várias personalidades, entre as quais os deputados José Raimundo e Hernani Mala, do PTB, e dirigentes sindicais de diversos setores profissionais. A beira

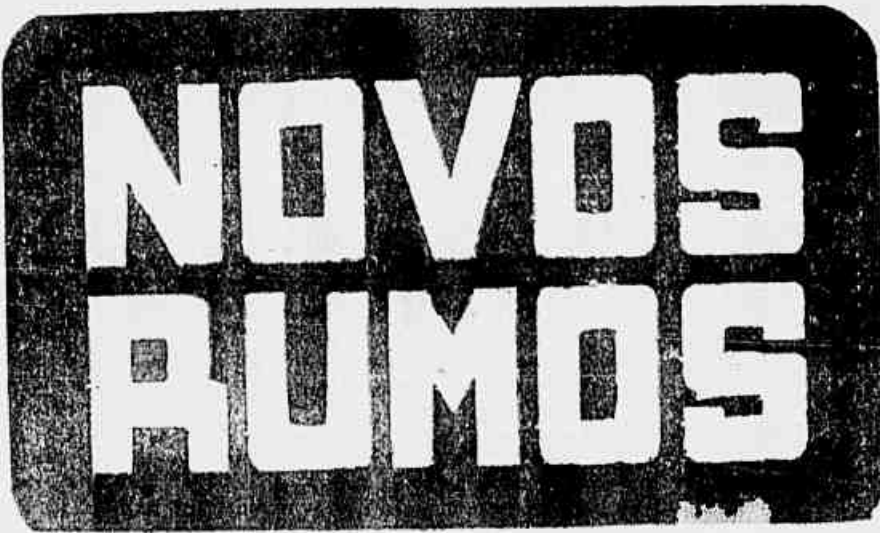


A DATA NACIONAL DA POLÔNIA

A 22 de julho, a representação diplomática da Polônia no Brasil ofereceu uma recepção comemorativa da festa nacional polonesa, a fundação da República Popular da Polônia. Estiveram presentes diplomatas, parlamentares, personalidades, jornalistas. Aqui vemos, entre convidados e ao lado de sua esposa, o pianista soviético Darenski, que vem de apresentar-se ao público carioca no Municipal e no Copacabana. A recepção da embaixada polonesa estavam presentes o Ministro Negrão de Lima, os deputados Domingos Velasco, Nelson Carneiro, Lício Hauer e Fernando Santana, os escritores Peregrino Junior, Jorge Amado, entre outros. A festa foi uma nova oportunidade para maior estreitamento das relações amistosas entre o Brasil e a Polônia, relações que são tradicionais, pois nos ligam à Pátria de Chopin fortes laços culturais que datam de um passado distante.



O ANJO AZUL — A famosa atriz cinematográfica Marlene Dietrich visita o Brasil pela primeira vez. Está naturalmente encantada com o país tropical. Mas os cariocas também estão encantados com Marlene, a mulher que, como os vinhos, o tempo aprimora. O suave «anjo azul» do cinema conserva toda a sua beleza exótica, toda a sua graça singular e seu talento artístico. Ignora o tempo, como se vivesse na lendária Changrilá... Aqui vêmo-la numa de suas atuações para o público do Rio.



O EQUADOR NO POLO — O verão deste ano na Europa foi desses excepcionais. Terríveis ondas de calor abrasaram os europeus desde o Canal da Mancha até os Urais. Em Moscou (foto TASS), os famosos pratos do rio que tem o nome da cidade tiveram uma ocorrência jamais vista. A temperatura na Capital do socialismo chegou a 30 graus, o que num clima continental é quase insuportável. Os moscovitas, nesses dias, preferem 30 graus de frio. Nestes dias de julho, os moscovitas consumiram toneladas de «morajnoe» (sorvetes) e outras tantas de «refrescos de frutas e cervejas».

MÁQUINA PARA VOTAR

No dia 25, em comemoração do seu 2º aniversário, o Instituto Brasileiro de Inventores inaugurou, nos salões do Automóvel Clube, a Exposição Feira Preparatória de inventos Brasileiros. Muitos são os engenhosos inventos exibidos. O sr. Sócrates Ricardo Puntel apresentou uma engenhosa máquina para votação e imediata contagem de votos. De fácil manejo, a máquina funciona por sistema mecânico. Consiste de um painel, com várias teclas, as quais representam os candidatos. Ao apertar uma tecla para votar em seu candidato, a máquina, presidência da República, o eleitor não pode votar novamente, pois todas as teclas daquele setor ficam automaticamente travadas. Para soltá-las, é preciso que o eleitor saia da cabine e passe por uma cancela que está situada à esquerda da máquina, o que destrava as teclas. A medida em que a votação vai sendo feita, os contadores vão registrando o total. Uma vez terminada a tarefa, a máquina é fechada com uma chave que prende totalmente o painel. Logo depois, ou no dia seguinte, de acordo com as autoridades eleitorais, pode-se saber, em poucos minutos, o resultado do pleito, bastando para isso retirar e observar os contadores. (Na foto, a máquina e o inventor).

